Posso *Conhecer* a Vontade de Deus?

R.C. Sproul

Questões Cruciais
No. 4

Posso *Conhecer* a Vontade de Deus?

QUESTÕES CRUCIAIS

No. 4

Posso *Conhecer* a Vontade de Deus?

R. C. Sproul

EDITORA FIEL

Posso Conhecer a Vontade de Deus?
Traduzido do original em inglês
Can I Know God's Will?, por R. C. Sproul
Copyright © 1983, 1999, 2009 by R. C. Sproul

Publicado por Reformation Trust Publishing
a division of Ligonier Ministries
400 Technology Park, Lake Mary, FL 32746

Copyright©2011 Editora FIEL.
eBook – 1ª Edição em Português 2013

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
Editora Fiel da Missão Evangélica Literária
Proibida a reprodução deste livro por quaisquer meios, sem a permissão escrita dos editores, salvo em breves citações, com indicação da fonte.

EDITORA FIEL
Caixa Postal 1601
CEP 12230-971
São José dos Campos-SP
PABX: (12) 3919-9999
www.editorafiel.com.br

Presidente: James Richard Denham III.
Presidente emérito: James Richard Denham Jr.
Editor: Tiago J. Santos Filho
Tradução: Francisco Wellington Ferreira
Revisão: Elaine Regina Oliveira dos Santos
Diagramação: Rubner Durais
Capa: Gearbox Studios
Produção de Ebook: S2Books
ISBN: 978-85-8132-115-8

Sumário

Capa

Folha de rosto

Ficha catalográfica

Sumário

Um - O Significado da Vontade de Deus

Dois - O significado da vontade do homem

Três - A vontade de Deus e seu trabalho

Quatro - A vontade de Deus no casamento

Série Questões Cruciais

Sobre o Autor

Capítulo Um

O Significado da Vontade de Deus

Perdida no País das Maravilhas, Alice chegou a uma bifurcação na estrada. Foi tomada de pânico enquanto permanecia inerte por indecisão. Levantou os olhos ao céu, buscando direção. Seus olhos não acharam a Deus, apenas o gato de Cheshire olhando-a de soslaio do seu assento no galho da árvore.

"Que caminho eu devo seguir?", perguntou Alice.

"Isso depende", disse o gato, fixando um sorriso sarcástico na moça confusa.

"De quê?", Alice conseguiu replicar.

"Depende de seu destino. Para onde você quer ir?", o gato perguntou.

"Não sei", murmurou Alice.

"Então", disse o gato, abrindo ainda mais seu largo sorriso, "não importa que caminho você seguirá".

O destino é importante para o cristão. Somos um povo peregrino. Embora não peregrinemos em um deserto, em direção à Terra Prometida, buscamos uma pátria melhor, uma cidade eterna cujo arquiteto e construtor é Deus. Um dia, ele nos levará ao lar, ao seu Reino.

Portanto, o destino final é certo. Temos certeza de que haverá um futuro glorioso para o povo de Deus. Mas, e o amanhã? Como os incrédulos, também nós ficamos ansiosos quanto ao futuro imediato. Os detalhes específicos de nosso futuro pessoal nos são desconhecidos. Como crianças, perguntamos: "Serei feliz? Serei rico? O que acontecerá comigo?" Temos de andar por fé e não por vista.

Enquanto houver pessoas, haverá adivinhos e prognosticadores explorando nossas ansiedades. Se a prostituição é a profissão mais antiga do mundo, certamente o predizer o futuro é a segunda mais antiga. "Fale-me do amanhã" é o apelo do especulador do mercado de ações, do negociante competitivo, do analista esportivo e do jovem casal apaixonado. O aluno pergunta: "Eu me graduarei?" O administrador pondera: "Serei promovido?" O paciente na sala de espera do médico aperta as mãos e pergunta: "É câncer ou indigestão?" Pessoas têm examinado as vísceras de lagartos, peles de cobras, ossos de corujas, a tábua ouija, o horóscopo diário e as previsões de analistas esportivos – tudo para obterem uma pequena margem de segurança contra um futuro incerto.

O cristão sente a mesma curiosidade, mas lida com o assunto de maneira diferente. Ele pergunta: "Qual é a vontade de Deus para minha vida?" Procurar a vontade de Deus pode ser um exercício em piedade ou em impiedade, um ato de submissão humilde ou de arrogância ousada – dependendo de qual vontade de Deus nós procuramos. Tentar olhar atrás do véu, para o que Deus não se agradou em revelar, é mexer nas coisas santas que estão fora de nossos limites. João Calvino disse que, "onde o Senhor fecha seus próprios lábios... impeçamos nossas mentes de avançar" (Romanos, 2a. ed. [São Paulo: Parakletos, 2001], 340).

Por outro lado, Deus se deleita em ouvir as orações de seu povo quando eles perguntam individualmente: "Senhor, o que queres que eu faça?" O cristão segue a Deus, procurando as suas ordens de marcha, buscando saber que curso de ação lhe é agradável. Esta busca pela vontade de Deus é uma busca santa – uma busca que deve ser realizada com zelo pelo cristão piedoso.

O SIGNIFICADO BÍBLICO DA VONTADE DE DEUS

Nós anelamos por respostas simples para questões difíceis. Queremos clareza. Desejamos solucionar as complicações para chegar ao âmago da questão. Às vezes, as respostas são muito *simples* em si mesmas, mas o processo de achá-las é laborioso e confuso. Às vezes, as respostas são *simplistas* , dando-nos alívio temporário das pressões e das tensões de questões confusas.

No entanto, há uma diferença profunda entre a resposta *simples* e a resposta *simplista* . A resposta simples é correta; ela explica todos os dados achados no problema complexo. É clara e pode ser facilmente assimilada em sua totalidade. Ela permanece, sendo capaz de resistir ao teste do questionamento rigoroso. A resposta simplista é uma falsificação. À primeira vista, parece o artigo genuíno, mas, sob um exame minucioso, ela revela suas imperfeições. A resposta simplista pode explicar alguns dos dados do problema, mas não todos. Permanece confusa. O pior de tudo, ela não subsiste, fracassa no teste do questionamento profundo. Não satisfaz a longo prazo.

Uma das perguntas mais excruciantes na teologia é "Por que Adão caiu?" A resposta simplista, que ouvimos comumente, é que Adão caiu por

sua livre e espontânea vontade. Essa resposta é satisfatória até que examinemos a pergunta mais profundamente. Suponha que perguntemos: como poderia uma criatura feita por um Criador perfeito cair em pecado? Como Adão poderia fazer uma escolha má, se não possuía nenhuma inclinação ou disposição anterior para o mal? Ele foi simplesmente enganado ou coagido por Satanás? Se isto é verdade, por que Adão seria digno de receber a culpa? Se foi apenas enganado, então o erro é de Satanás. Se Adão foi coagido, o seu pecado não foi livre escolha. Se ele pecou porque tinha um desejo ou inclinação anterior para pecar, temos de perguntar: qual foi a fonte de seu desejo mau? Deus o colocou nele? Se isto é verdade, maculamos a integridade do Criador.

Talvez a maneira mais simples de expor o caráter fraco da resposta simplista de que Adão caiu por sua livre e espontânea vontade é fazermos a pergunta de outra maneira: por que Adão exerceu seu livre-arbítrio para pecar? E não adianta respondermos: porque ele escolheu fazer isso. Esta resposta é uma mera repetição da pergunta numa forma declarativa.

Gostaria de oferecer uma resposta simples para a difícil pergunta sobre a queda de Adão, mas não posso. A única resposta que posso dar para esta pergunta é que não sei a resposta.

Alguns leitores certamente me censurarão nesta altura por dizerem para si mesmos: "Eu sei a resposta! Adão caiu porque era a vontade de Deus".

Eu pergunto imediatamente: em que sentido a queda de Adão era a vontade de Deus? Deus *forçou* Adão a cair e, depois, o puniu por fazer o que não tinha poder para evitar? Fazer tais perguntas ímpias é respondê-las. Certamente a Queda deve ter sido "a vontade de Deus" em algum sentido, mas a questão crucial permanece: em que sentido?

Então, aqui estamos, pressionados diretamente por uma pergunta incisiva que envolve o assunto da vontade de Deus. Queremos saber como a vontade de Deus operou na vida de Adão; contudo, queremos saber, de maneira pessoal, como a vontade de Deus opera em nossa própria vida.

Quando perguntas são difíceis e complexas, uma boa regra é reunir tanta informação quanto possível a respeito delas. Quanto mais pistas o detetive tem para trabalhar com elas, tanto mais fácil é, usualmente, solucionar o crime (observe a palavra *usualmente*). Às vezes, o detetive trabalha com pistas demais, que servem apenas para constituir a dificuldade da solução. O executivo de uma companhia que se depara com responsabilidades de tomar grandes decisões sabe como é importante manter registros e dados suficientes. A sua máxima é esta: "Se você tem dados suficientes, as decisões se tornam evidentes para você". Outra vez, temos de acrescentar o qualificador *usualmente* . Às vezes, as informações são tão complexas, que nos deixam incertos, desafiando a nossa capacidade de selecionar entre todas elas.

Enfatizo o assunto das informações, da complexidade e da simplicidade porque o significado bíblico da vontade de Deus é uma questão muito complicada. Lidar com ele de maneira simplista é predispor-se ao desastre. Às vezes, lutar com as complexidades do conceito bíblico da vontade de Deus pode nos dar dor de cabeça. Todavia, é uma busca santa para nós, uma busca digna de algumas dores de cabeça ao longo da jornada. Temos, porém, de nos guardar de proceder de maneira simplista, para não transformarmos a busca santa em presunção ímpia.

Observamos no início que a Bíblia fala da "vontade de Deus" em mais de uma maneira. Este é o problema-chave que complica nossa busca e serve como advertência contra soluções simplistas. No Novo Testamento, há duas palavras gregas que podem ser traduzidas pela palavra *vontade* . Pareceria que tudo de que precisamos é identificar com precisão o significado das duas palavras e examinar o texto grego, toda vez que lemos a palavra *vontade* ; e nossos problemas serão resolvidos. Infelizmente, as coisas não funcionam desta maneira. O fato se complica quando descobrimos que cada uma das duas palavras gregas tem várias nuanças de significado. Examinar o texto grego quanto ao uso da palavra não é suficiente para resolver nossa dificuldade.

No entanto, achar o significado das palavras gregas é um ponto de partida bastante útil. Examinemos brevemente as duas palavras para ver se oferecem discernimento à nossa busca. As duas palavras são *boule* e *thelema* .

A palavra *boule* tem suas raízes num verbo antigo que significa um "desejo racional e consciente", oposta a *thelema* , que significa "um desejo impulsivo e inconsciente". A antiga distinção sutil era entre o desejo racional e o desejo impulsivo. Quando a língua grega se desenvolveu, e, por fim, as palavras foram usadas às vezes como sinônimos, os autores alternavam de uma para outra, para satisfazer propósitos de mudança de estilo.

No Novo Testamento, *boule* se refere com frequência a um plano baseado em deliberação cuidadosa. É usada mais comumente a respeito do conselho de Deus. *Boule* indica, muitas vezes, o plano providencial de Deus, que é predeterminado e inflexível. Lucas gostava de usá-la desta maneira, como lemos no livro de Atos: "Sendo este entregue pelo determinado desígnio [*boule*] e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mãos de iníquos" (At 2.23).

Nesta passagem, o decreto resoluto de Deus está em vista, o decreto que nenhuma ação humana pode frustrar. O plano de Deus é inexpugnável. Sua vontade é inalterável.

A palavra *thelema* é rica em sua diversidade de significados. Ela se refere àquilo que é concordável, que é desejado, que é intencionado, que é escolhido ou que é ordenado. Aqui temos as noções de consentimento, desejo, propósito, resolução e ordem. A força dos vários significados é determinada pelo contexto em que *thelema* aparece.

A VONTADE DECRETIVA DE DEUS

Os teólogos descrevem "a vontade decretiva de Deus" como aquela vontade pela qual Deus decreta coisas que acontecem de acordo com sua soberania suprema. Isto é também chamado, às vezes, "a vontade soberana e eficaz de Deus"; por meio dela, Deus faz acontecer o que ele quer. Quando Deus decreta soberanamente alguma coisa, nada pode impedir que isso aconteça.

Quando Deus ordenou que a luz resplandecesse, as trevas não tiveram poder de resistir a essa ordem. A "luz" resplandeceu. Deus não persuadiu a luz a resplandecer. Ele não negociou com os poderes elementares para formar um universo. Deus não preparou um plano de redenção por meio de provas e erros; a cruz não foi um acidente cósmico aproveitado por Deus. Estas coisas foram totalmente decretadas. Seus efeitos foram eficazes (produziram o resultado desejado) porque suas causas foram decretadas soberanamente.

Aqueles que restringem o significado da vontade de Deus à vontade soberana enfrentam um perigo sério. Ouvimos os muçulmanos clamarem: "É a vontade de Alá". Caímos, às vezes, em uma perspectiva determinista da vida, que diz: "O que será, será". Ao fazermos isso, adotamos uma forma de fatalismo subcristão, como se Deus quisesse que tudo acontecesse de tal modo que eliminasse as escolhas humanas.

Os teólogos clássicos insistem na realidade da vontade humana em agir, escolher e reagir. Deus realiza seu plano empregando *meios* , através de escolhas reais de criaturas que querem e agem. Há causas secundárias e causas primárias. Negar isto é o mesmo que adotar um tipo de determinismo que elimina a liberdade e a dignidade humana.

No entanto, há um Deus que é soberano, cuja vontade é maior do que a nossa. Sua vontade restringe minha vontade. Minha vontade não pode restringir a vontade dele. Quando ele decreta algo soberanamente, isso acontecerá – quer eu goste, quer não; quer eu escolha, quer não. Ele

é soberano. Eu sou subordinado.

A VONTADE PRECEPTIVA DE DEUS

Quando a Bíblia fala sobre a vontade de Deus, ela não significa sempre a vontade decretiva de Deus. A vontade decretiva de Deus não pode ser frustrada ou desobedecida. Ela acontecerá. Por outro lado, há uma vontade que pode ser transgredida: "a vontade preceptiva de Deus". Ela pode ser desobedecida. De fato, ela é violada e desobedecida todos os dias por todos nós.

A vontade preceptiva de Deus se acha em sua lei. Os preceitos, estatutos e mandamentos que ele dá ao seu povo constituem a sua vontade preceptiva. Expressam e nos revelam o que é certo e apropriado fazermos. A vontade preceptiva é a norma de retidão de Deus para a nossa vida. Somos governados por esta norma.

É a vontade de Deus que não pequemos. É a vontade de Deus que não tenhamos outros deuses diante dele; que amemos nosso próximo como amamos a nós mesmos; que nos guardemos de roubar, cobiçar e cometer adultério. Contudo, o mundo está cheio de idolatria, ódio, roubo, cobiça e adultério. A vontade de Deus é violada sempre que sua lei é transgredida.

Uma das grandes tragédias do cristianismo contemporâneo é a preocupação de muitos cristãos com a secreta vontade decretiva de Deus, em exclusão e negligência da vontade preceptiva de Deus. Queremos dar uma espiada atrás do véu, ter um vislumbre de nosso futuro. Parecemos mais preocupados com nosso horóscopo do que com nossa obediência, mais preocupados com o que as estrelas fazem em sua órbita do que com o que estamos fazendo.

No que diz respeito à vontade soberana de Deus, admitimos que somos passivos. No que diz respeito à vontade preceptiva de Deus, sabemos que somos ativos e, portanto, responsáveis e prestaremos contas disso. É mais fácil nos engajarmos em espreitar o conselho secreto de Deus do que nos aplicarmos à prática da piedade. Podemos correr para a segurança da vontade soberana de Deus e tentar passar o nosso pecado para Deus, lançando a culpa e a responsabilidade do pecado na vontade imutável de Deus. Isso caracteriza o espírito do anticristo, o espírito de impiedade ou antinomianismo, que despreza a lei de Deus e ignora os seus preceitos.

Os protestantes são especialmente vulneráveis a esta distorção. Buscamos refúgio em nossa preciosa doutrina da justificação pela fé, esquecendo que a própria doutrina deve ser um catalisador da busca por retidão e obediência à vontade preceptiva de Deus.

A JUSTIÇA BÍBLICA

A famosa afirmação de Habacuque "o justo viverá pela sua fé" (Hc 2.4) se acha três vezes no Novo Testamento. Ela se tornou um slogan do protestantismo evangélico, cuja ênfase tem estado na doutrina da justificação somente pela fé. Este slogan, que contém uma indicação da essência da vida cristã, tem seu ponto focal no conceito bíblico de justiça.

Um dos comentários mais inquietantes feitos por Jesus foi a afirmação "se a vossa justiça não exceder em muito a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no reino dos céus" (Mt 5.20). É fácil admitirmos que Jesus estava dizendo que a nossa justiça tem de ser de um tipo mais elevado do que a justiça manifestada por homens que eram hipócritas. A imagem que temos dos escribas e dos fariseus da época do Novo Testamento é a de praticantes de engano religioso, inescrupulosos e insensíveis. Temos sempre de lembrar que os fariseus, como um grupo, eram homens comprometidos historicamente com um nível de viver religioso elevado. Mas Jesus nos diz que nossa justiça tem de exceder a deles. O que ele estava querendo dizer?

Quando consideramos a noção bíblica de justiça, estamos lidando com uma questão que toca quase todo o plano da teologia. Em primeiro lugar, há a justiça de Deus, pela qual são medidos todos os padrões do que é certo e do que é errado. O caráter de Deus é o fundamento e o modelo essencial de justiça. No Antigo Testamento, a justiça é definida em termos de obediência aos mandamentos dados por Deus, que é, em si mesmo, totalmente justo. Esses mandamentos incluem não somente preceitos de comportamento humano em relação ao nosso semelhante, mas também assuntos de natureza litúrgica e cerimonial.

No Israel do Antigo Testamento e entre os fariseus do Novo Testamento, a justiça autêntica foi substituída pela justiça litúrgica. Isto significa: os homens ficavam satisfeitos em obedecer aos rituais da comunidade religiosa, em vez de cumprirem as implicações mais amplas da lei. Por exemplo, Jesus repreendeu os fariseus por darem o dízimo da hortelã e do cominho, enquanto negligenciavam as coisas mais importantes da lei: justiça e misericórdia. Jesus indicou que os fariseus estavam corretos em dar seus dízimos, mas estavam incorretos em supor que exercícios litúrgicos complementavam as exigências da lei. Neste caso, a justiça litúrgica se tornara um substituto para a obediência verdadeira e plena.

No mundo evangélico, *justiça* é uma palavra rara. Falamos de moralidade, espiritualidade e piedade. Todavia, raramente falamos de justiça. Mas o alvo de nossa redenção não é piedade ou espiritualidade, e sim justiça. Espiritualidade no sentido do Novo Testamento é um meio que conduz à justiça. Ser espiritual significa que estamos exercitando as graças espirituais dadas por Deus, que nos moldam à imagem dele. As disciplinas de oração, estudo da Bíblia, comunhão na igreja, testemunho e outros semelhantes não são fins em si mesmos, mas são designadas para nos ajudarem a viver com justiça. Atrofiamos nosso crescimento se admitimos que o objetivo principal da vida cristã é espiritualidade.

Interesses espirituais são apenas o começo de nosso andar com Deus. Devemos acautelar-nos do perigo sutil de pensar que espiritualidade complementa as exigências de Cristo. Cair nessa armadilha – a armadilha dos fariseus – é substituir a justiça autêntica por práticas litúrgicas e ritualistas. Por todos os meios, devemos orar, estudar a Bíblia e dar testemunho na evangelização. Todavia, nunca devemos, em qualquer ponto de nossa vida, parar nossa busca por justiça.

Na justificação, nos tornamos justos aos olhos de Deus por meio da veste da justiça de Cristo. Entretanto, logo que somos justificados, nossa vida tem de dar evidência da justiça pessoal que flui de nossa justificação. É interessante para mim que todo o conceito bíblico de justiça está contido em uma única palavra grega, *dikaios* . Essa mesma palavra grega é usada para se referir, em primeira instância, à justiça de Deus; em segunda instância, ao que chamamos de justificação; e, em terceira instância, à justiça da vida. Assim, do começo ao fim – da natureza de Deus ao destino do homem – nosso dever humano permanece o mesmo: uma chamada à justiça.

A verdadeira justiça nunca deve ser confundida com autojustiça. Visto que nossa justiça procede de nossa justificação, que está baseada na justiça de Cristo, jamais devemos nos iludir pensando que nossas obras de justiça têm algum mérito, em si mesmas. Mas, como protestantes, mantendo zelosamente nossa doutrina de justificação somente pela fé, devemos sempre atentar ao fato de que a justificação, que é somente pela fé, nunca é *por uma fé que está sozinha* . A verdadeira fé se manifesta em justiça que excede a dos escribas e fariseus, pois ela se preocupa com as coisas mais importantes da lei: justiça e misericórdia.

Somos chamados a dar testemunho da justiça de Deus em todas as áreas da vida – de nossos quartos de oração aos palácios, de nossos púlpitos aos supermercados. A principal prioridade de Jesus é que busquemos primeiramente o reino de Deus e sua justiça. Todas as outras coisas serão acrescentadas a isso.

ALERGIA A RESTRIÇÕES

"Cada um faz o que quer." Este slogan dos anos 1960 caracteriza o espírito de nossa época. Cada vez mais, a liberdade é igualada com o inalienável direito de você fazer o que lhe agrada. Traz consigo uma alergia inata a leis que restringem, quer sejam as leis de Deus, quer sejam as dos homens.

Esta predominante atitude antilei, ou antinomiana, é recordativa da época bíblica que provocou o julgamento de Deus porque "cada qual fazia o que achava mais reto" (Jz 17.6). O mundo secular reflete esta atitude na afirmação "o governo não pode legislar moralidade". A moralidade é vista como um assunto privado, fora do domínio do estado e até da igreja.

Aconteceu uma mudança tão sutil no significado da palavra, que muitos não a compreendem. A intenção original do conceito "Você não pode legislar moralidade" era transmitir a ideia de que aprovar uma lei que proibia um tipo específico de atividade não eliminaria necessariamente essa atividade. A ênfase da frase era que leis não produzem, *ipso facto* , obediência a tais leis. Na verdade, em algumas ocasiões, a proibição legal de certas práticas apenas incitou grande violação da lei estabelecida. A proibição de bebidas alcoólicas é um exemplo.

A interpretação contemporânea de legislar moralidade difere da intenção original. Em vez de dizer que o governo *não pode* legislar moralidade, ela diz que o governo *pode não* legislar moralidade. Isso significa que o governo deve se manter fora de questões morais como a regulação do aborto, práticas sexuais pervertidas, casamento e divórcio e assim por diante, visto que moralidade é uma questão de consciência no setor privado. A legislação por parte do governo nestas áreas é visto frequentemente como uma invasão de privacidade pelo estado, representando uma negação das liberdades básicas para o indivíduo.

Se levarmos este tipo de pensamento à sua conclusão lógica, deixamos o governo com pouco a fazer. Se o governo pode não legislar moralidade, sua atividade será restringida a determinar as cores da bandeira do estado, a flor do estado e, talvez, o pássaro do estado. (Contudo, até questões de flores e pássaros podem ser reputadas como "morais", quando tocam em questões ecológicas, que são, em última análise, moral em caráter.) A vasta maioria das questões que dizem respeito à legislação são, de fato, de caráter decididamente moral. A regulação de assassinato, roubo e direitos civis é uma questão moral. Como uma pessoa guia seu automóvel numa estrada é uma questão moral, visto que isso implica no bem-estar dos outros viajantes.

Questões relacionadas à legislação de maconha focalizam-se frequentemente no fato de que a maioria de grupos de certa idade está violando a lei. O argumento é mais ou menos assim: visto que a desobediência é tão disseminada, isso não indica que a lei é má? Essa conclusão é uma falácia clamorosa. Se a maconha deve ou não ser descriminalizada, isso não deve ser determinado pelos níveis de desobediência civil.

O fato é que um vasto número de americanos reflete um espírito antinomiano em referência à maconha. Essa desobediência dificilmente é motivada por aspirações nobres de uma ética elevada suprimida por um governo tirano. Neste caso, a lei é transgredida como uma questão de conveniência e apetite físico.

Dentro da igreja, o mesmo espírito de antinomismo tem prevalecido frequentemente. O papa Bento XVI se depara com o legado embaraçador de seus antecessores, enquanto tenta explicar para o mundo por que a maioria de seus adeptos americanos diz aos pesquisadores de opinião popular que usam meios artificiais de controle de natalidade, quando uma encíclica papal proíbe explicitamente tais métodos. Alguém talvez pergunte como pessoas podem confessar sua crença num líder "infalível" de sua igreja e, ao mesmo tempo, recusar obstinadamente submeterem-se a esse líder.

Dentro das igrejas protestantes, frequentemente as pessoas ficam iradas quando são chamadas à responsabilidade moral. Muitas vezes elas declaram que a igreja não tem qualquer direito de intrometer-se em sua vida privada. Elas dizem isso apesar do fato de que, em seus votos de filiação à igreja, comprometeram-se publicamente a submeterem-se à supervisão moral da igreja.

O antinomianismo deveria ser mais raro na comunidade cristã evangélica do que em qualquer outro lugar. O "evangélico" típico é tão indiferente para com a lei de Deus, que as profecias condenatórias que Roma vociferou contra Martinho Lutero começam a se tornar realidade. Alguns "evangélicos" estão realmente usando a justificação somente pela fé como uma licença para pecar; estes podem ser considerados apropriadamente como falsos evangélicos. Qualquer um que tem o entendimento mais rudimentar da justificação pela fé sabe que a fé autêntica sempre se manifesta em um zelo para com a obediência. Nenhum cristão sincero pode ter uma atitude arrogante para com a lei de Deus. Embora a obediência a essas leis não traga justificação, a pessoa justificada se esforçará por obedecê-las.

Certamente, há tempos em que os mandamentos de homens estão em conflito com as leis de Deus. Nesses tempos, os cristãos não somente *podem* desobedecer aos homens, mas também *precisam* desobedecer aos homens. Não estou falando aqui de questões morais isoladas e sim de atitudes. Os cristãos têm de ser particularmente cuidadosos nesta era de antinomianismo, para não serem apanhados pelo espírito da era. Não somos livres para fazer o que é certo aos nossos próprios olhos. Somos chamados a fazer o que é certo aos olhos de Deus.

A liberdade não deve ser confundida com autonomia. Enquanto o mal existir neste mundo, a restrição moral da lei será necessária. É por um ato de graça que Deus institui o governo, que existe para restringir aquele que pratica o mal. Existe para proteger o inocente e o justo. Os crentes são chamados a apoiar o governo tanto quanto possível, sem comprometerem sua obediência a Deus.

A VONTADE DE DISPOSIÇÃO DE DEUS

Embora entendamos que a vontade decretiva de Deus e a vontade preceptiva de Deus sejam parte de sua vontade geral, outros aspectos do mistério de sua soberania permanecem. Um desses aspectos é "a vontade de disposição". Ela está relacionada com a habilidade do homem para desobedecer à vontade preceptiva de Deus.

Este aspecto da vontade de Deus se refere ao que é agradável e concordável para Deus. Expressa algo da atitude de Deus para com suas criaturas. Algumas coisas são agradáveis aos olhos de Deus, enquanto outras o entristecem. Ele pode permitir (não por meio de permissão moral) que coisas ímpias aconteçam, mas não tem nenhum prazer nelas.

Para ilustrar como estes diferentes aspectos da vontade de Deus estão envolvidos na interpretação bíblica, examinemos o versículo que diz que o Senhor não quer "que nenhum pereça" (2 Pe 3.9). Qual dos significados de *vontade* já mencionados se harmoniza com este texto? Como o significado do texto é mudado pela aplicação das nuanças?

Tente primeiro a vontade decretiva de Deus. O versículo significaria, então: "Deus não quer, em um sentido decretivo soberano, que nenhum pereça". A implicação seria que ninguém perecerá. Este versículo seria um texto-prova do universalismo, que sustenta a opinião de que o inferno está totalmente vazio de pessoas.

A segunda opção é que Deus não quer, de maneira preceptiva, que nenhum pereça. Isso significaria que Deus não *permite* que pessoas pereçam no sentido de que ele dá sua permissão moral. Obviamente, isso não se harmoniza com o contexto da passagem.

A terceira opção faz sentido. Deus não quer, no sentido de que não está interiormente disposto a, ou não se deleita em que pessoas pereçam. Em outras passagens, as Escrituras ensinam que Deus não tem prazer na morte do ímpio. Ele pode decretar o que não lhe traz alegria; ou seja, Deus pode aplicar justiça a ofensores ímpios. Ele tem prazer quando a justiça é mantida e a retidão é honrada, embora não ache prazer pessoal na aplicação dessa punição.

Uma analogia humana pode ser vista em tribunais de julgamento. Um juiz, no interesse da justiça, pode sentenciar um criminoso à prisão e, ao mesmo tempo, entristecer-se interiormente pelo homem culpado. Sua disposição pode ser *em favor do* homem, mas contra o crime.

No entanto, Deus não é um juiz humano, que opera sob os limites do sistema de justiça criminal. Deus é soberano – ele pode fazer o que lhe agrada. Se ele não se agrada em ou não quer que nenhum pereça, por que ele não exerce a sua vontade decretiva de acordo com isso? Como pode haver um hiato entre a vontade decretiva de Deus e a sua vontade de disposição?

Se não houvesse fatos especiais a serem levados em conta, Deus não desejaria realmente que ninguém perecesse. Mas há tais fatos. O pecado é real. O pecado viola a santidade e a justiça de Deus. Ele não quer que o pecado fique sem punição. Deus também deseja que sua santidade e sua justiça sejam vindicadas. É perigoso falar de um conflito de interesses ou de um choque de desejos em Deus. Mas, em certo sentido, devemos. Ele quer a obediência de suas criaturas, quer o bem-estar de suas criaturas. Há uma simetria de relacionamento entre obediência e bem-estar. O filho obediente nunca perecerá. Aqueles que obedecem à vontade preceptiva de Deus desfrutarão dos benefícios de sua vontade de disposição. Quando a vontade preceptiva é violada, a situação não é mais a mesma. Agora, Deus exige punição, embora não tenha pessoalmente prazer em sua aplicação.

Mas isto não apela à questão crucial? Onde se encaixa a vontade decretiva? Deus não podia ter originalmente decretado que ninguém jamais fosse *capaz* de pecar, garantindo assim uma harmonia eterna entre todos os elementos de sua vontade: decretiva, preceptiva e de disposição?

Frequentemente, a resposta dada a esta pergunta é superficial. Apela-se ao livre-arbítrio do homem, como se por mágica o livre-arbítrio do homem pudesse explicar o dilema. Dizem-nos que a única maneira pela qual Deus poderia ter criado um universo livre de pecado teria sido fazer criaturas sem livre-arbítrio. Argumenta-se, então, que estas criaturas teriam sido nada mais do que marionetes e lhes faltaria humanidade, sendo destituídas do poder ou da capacidade de pecar. Se este é o caso, o que isto sugere sobre o estado de nossa existência no céu? Temos a promessa de que, quando a nossa redenção for completa, o pecado não mais existirá. Ainda teremos a habilidade de escolher, mas nossa disposição será tão inclinada para a retidão que realmente nunca escolheremos o mal. Se isto será possível no céu depois da redenção, por que não podia ser possível *antes* da queda?

A Bíblia não nos dá uma resposta clara para esta questão difícil. Ela nos diz que Deus criou pessoas que, para melhor ou para pior, têm a capacidade de pecar. Também sabemos da Escritura que não há sombra de mudança no caráter de Deus e que todas as suas obras são feitas com justiça. O fato de que ele escolheu criar o homem da maneira como o fez é misterioso, mas temos de admitir, em face do conhecimento que temos, que o plano de Deus era bom. Qualquer conflito que surge entre os mandamentos de Deus para nós, seu desejo de que lhe obedeçamos e o nosso fracasso em cumpri-los não destrói a soberania de Deus.

A VONTADE SECRETA E A VONTADE REVELADA DE DEUS

Já distinguimos os três tipos de vontade de Deus: sua vontade decretiva, sua vontade preceptiva e sua vontade de disposição. Outra distinção tem de ser estabelecida entre o que é chamado de a vontade *secreta* , ou oculta, de Deus e a sua vontade *revelada* . Esta vontade secreta de Deus é classificada sob a vontade decretiva porque, em sua maior parte, ela permanece encoberta para nós. Há um limite para a revelação que Deus fez de si mesmo. Sabemos certas coisas sobre a vontade decretiva de Deus que ele se agradou em manifestar para nossa informação, na Escritura Sagrada. Mas, porque somos criaturas finitas, não compreendemos a dimensão total do conhecimento divino ou do plano divino. Como as Escrituras ensinam, as coisas secretas pertencem ao Senhor, mas aquelas que ele revelou pertencem a nós e a nossos filhos para sempre (Dt 29.29).

Teólogos protestantes têm usado a distinção entre o Deus oculto (*Deus obsconditus*) e o Deus revelado (*Deus revelatus*). Esta distinção é valiosa e realmente necessária quando compreendemos que nem tudo que pode ser conhecido sobre Deus nos foi revelado. Há um sentido em que Deus permanece escondido de nós, visto que ele não se agradou em revelar tudo que pode ser conhecido a seu respeito. No entanto, esta distinção está carregada de perigo, visto que alguns têm achado nela um conflito entre dois tipos de deuses. Um deus que revela que seu caráter é uma coisa, mas secretamente é contrário a esse caráter revelado, é um tremendo hipócrita.

Se disséssemos que Deus não tem vontade secreta e tenciona fazer somente o que ele ordena e nada mais, então entenderíamos a Deus como alguém cujos desejos e planos são constantemente frustrados pela impertinência dos seres humanos. Esse deus seria impotente, e não seria realmente deus.

Se distinguimos entre o aspecto secreto de Deus e o aspecto revelado de Deus, temos de mantê-los como parte do todo e não como contradições. Isso significa: o que Deus revelou sobre si mesmo é digno de confiança. Nosso conhecimento é parcial, mas é verdadeiro até aonde consegue chegar. O que pertence ao conselho secreto de Deus não contradiz o caráter de Deus que nos foi revelado.

Distinguir a vontade revelada de Deus e a vontade oculta levanta um problema prático: a questão de se é possível ou não um cristão agir em harmonia com a vontade decretiva de Deus (oculta) e, ao mesmo tempo, agir contra sua vontade preceptiva.

Temos de admitir que essa possibilidade existe – em um sentido. Por exemplo, foi segundo a vontade decretiva de Deus e por seu conselho predeterminado que Jesus Cristo foi condenado a morrer na cruz. É claro que o propósito divino era garantir a redenção do povo de Deus. Contudo, esse propósito estava oculto aos olhos dos homens que julgaram a Jesus. Quando Pôncio Pilatos entregou Jesus para ser crucificado, ele agiu contra a vontade preceptiva de Deus, mas o fez em harmonia com a vontade decretiva de Deus. Isso torna ilógica a vontade preceptiva de Deus? De modo nenhum. O que isso faz é dar testemunho do poder transcendente de Deus, que realiza seus propósitos soberanamente, apesar e por meio dos atos perversos de homens.

Considere a história de José, cujos irmãos, movidos por inveja e avareza, venderam seu irmão inocente à escravidão no Egito. Em sua reunião, anos mais tarde, diante da confissão de pecado dos seus irmãos, José respondeu: "Vós... intentastes o mal contra mim; porém Deus o tornou em bem" (Gn 50.20). Vemos aqui a inescrutável majestade da providência de Deus. Deus fez uso do mal humano para realizar seus propósitos para José e para a nação judaica. Os irmãos de José foram culpados de pecado malicioso e obstinado. Por violarem diretamente a vontade preceptiva de Deus, eles pecaram contra seu irmão e contra Deus. Todavia, no pecado deles, o conselho secreto de Deus foi realizado, e Deus trouxe redenção por meio do pecado deles.

O que teria acontecido se os irmãos de José tivessem sido obedientes? José não teria sido vendido à escravidão; não teria sido levado ao Egito; não teria sido mandado para a prisão, da qual ele foi chamado para interpretar um sonho. O que teria acontecido se José não tivesse se tornado primeiro ministro? O que teria se tornado o motivo histórico para seus irmãos se estabelecerem no Egito? Não teria havido o

estabelecimento dos judeus no Egito, nem Moisés, nem o êxodo do Egito, nem lei, nem profetas, nem Cristo, nem salvação.

Podemos, então, concluir que os pecados dos irmãos de José foram realmente virtudes disfarçadas? De modo algum. O pecado deles foi pecado, uma violação clara da vontade preceptiva de Deus, pela qual eles foram responsáveis e julgados como culpados. Mas Deus operou o bem a partir do mal. Isso não reflete nem uma contradição no caráter de Deus, nem uma contradição entre seus preceitos e seus decretos. Pelo contrário, isso chama atenção ao poder transcendente da soberania de Deus.

Nestes dias e época, é possível obedecermos à vontade preceptiva de Deus e, apesar disso, estarmos em conflito com a vontade secreta de Deus? Claro que é possível. Por exemplo, pode ser a vontade de Deus que ele use uma nação estrangeira para castigar os Estados Unidos por pecar contra Deus. Talvez seja o plano de Deus colocar pessoas dos Estados Unidos sob juízo, por meio de uma invasão agressiva da Rússia. Em termos da vontade inescrutável de Deus, ele poderia ficar, para cumprir propósitos de julgamento, "do lado dos russos". Todavia, ao mesmo tempo, continuaria sendo dever dos magistrados civis da nação americana resistir à invasão de nossas fronteiras por uma nação conquistadora.

Temos algo semelhante na história de Israel, quando Deus usou os babilônios como um instrumento para castigar Israel, seu povo. Nessa situação, teria sido perfeitamente apropriado para o magistrado civil de Israel resistir à invasão ímpia dos babilônios. Ao fazerem isso, os israelitas estariam, de fato, resistindo à vontade decretiva de Deus. O livro de Habacuque se debate com o grave problema de Deus usar as inclinações más dos homens para trazer juízo sobre o seu povo. Não estou sugerindo que Deus favoreceu os babilônios. Ele deixou claro que viria juízo sobre eles também, mas primeiramente usou as inclinações más dos babilônios para trazer disciplina corretiva sobre o seu próprio povo.

CONHECENDO A VONTADE DE DEUS PARA A NOSSA VIDA

Buscar o conhecimento da vontade de Deus não é uma ciência abstrata, que visa estimular nosso cérebro ou transmitir um tipo de conhecimento que "ensoberbece" e não edifica. Um entendimento da vontade de Deus é profundamente importante para todo cristão que busca viver uma vida que agrada ao seu Criador. Saber o que Deus quer para a nossa vida é algo bastante prático. Como cristãos, perguntamos: "Quais são as minhas ordens? Qual deve ser meu papel em contribuir para o estabelecimento do reino de Deus? O que Deus quer que eu faça com minha vida?" É inconcebível que um cristão viva muito tempo sem se deparar com estas perguntas fascinantes.

Embora eu seja cristão há 50 anos, e o estudo de teologia seja o principal interesse de minha vocação, a questão prática da vontade de Deus inquieta com frequência a minha mente. Duvido que se passem duas semanas, sem que eu esteja envolvido seriamente com a pergunta se estou fazendo o que Deus quer que eu faça nesta altura de minha vida. A pergunta persegue e atrai todos nós. Ela exige uma solução. Por isso, temos de perguntar a nós mesmos: "Como conhecemos a vontade de Deus para a nossa vida?"

A pergunta prática a respeito de como conhecemos a vontade de Deus para a nossa vida não pode ser resolvida com qualquer grau de exatidão, a menos que tenhamos um entendimento anterior da vontade de Deus em geral. Sem as distinções que fizemos, nossa busca da vontade de Deus pode mergulhar-nos em confusão e frustração desesperadoras. Quando buscamos a vontade de Deus, temos primeiro de perguntar a nós mesmos que vontade estamos procurando descobrir.

Se nosso interesse é penetrar nos aspectos secretos da vontade de Deus, entramos numa tarefa impossível. Estamos tentando o impossível e perseguindo o inatingível. Essa busca é não somente um ato de tolice, mas também um ato de presunção. Há um sentido real em que a vontade secreta do conselho secreto de Deus não nos compete e está além dos limites de nossas investigações especulativas.

Inúmeros males têm sido perpetrados contra o povo de Deus por teólogos inescrupulosos que procuram corrigir ou substituir o ensino claro e óbvio da Escritura Sagrada por doutrinas e teorias baseadas apenas em especulação. Procurar conhecer o pensamento naquelas coisas em que Deus se mantém em silêncio é realmente perigoso. Lutero afirmou isso desta maneira: "Temos de manter em vista a sua Palavra e não tentar conhecer sua vontade inescrutável; porque temos de ser guiados por meio de sua Palavra e não de sua vontade inescrutável".

Em um sentido, os cristãos têm a permissão de tentar discernir a vontade de Deus pela iluminação do Espírito Santo e pela confirmação, mediante as circunstâncias, de que estamos fazendo a coisa certa. Todavia, como descobriremos, a busca por direção providencial deve ser sempre subordinada ao nosso estudo da vontade de Deus revelada. Em nossa busca, precisamos também lidar com as tensões dinâmicas criadas pelo conceito de vontade do homem *versus* predestinação. Antes que nossa inquirição nos leve a temas práticos como profissão e casamento, precisamos encarar as questões difíceis envolvidas no assunto de livre-arbítrio/predestinação. Já vimos o que a vontade de Deus envolve. E quanto à vontade do homem? Como as duas se relacionam? O homem é realmente livre?



Capítulo Dois

O significado da vontade do homem

O termo *livre-arbítrio* conforme aplicado ao homem é, muitas vezes, declarado com pouco ou nenhum entendimento de seu significado. Não há realmente nenhuma teoria unificada do livre-arbítrio do homem, e sim uma variedade de opiniões rivais e frequentemente conflitantes a respeito deste assunto.

A questão do livre-arbítrio do homem se torna mais complexa pelo fato de que temos de examiná-la em termos de como a vontade funcionava antes e depois da queda de Adão. O mais importante é como a queda afetou as escolhas morais do homem.

Agostinho deu à igreja uma análise detalhada do estado da liberdade que Adão desfrutava, antes da queda. Seu conceito clássico de liberdade distinguia quatro possibilidades. Em latim, elas são:

1. *posse pecarre* – capaz de pecar
2. *posse non pecarre* – capaz de não pecar (ou de permanecer livre do pecado)
3. *non posse pecarre* – incapaz de pecar
4. *non posse, non pecarre* – incapaz de não pecar

Agostinho argumentou que, antes da queda, Adão possuía tanto a capacidade de pecar (*posse pecarre*) quanto a capacidade de não pecar (*posse non pecarre*). No entanto, faltava a Adão o estado exaltado da incapacidade de pecar que Deus desfruta (*non posse pecarre*). A incapacidade de Deus de pecar está baseada não em uma falta de capacidade interior de fazer o que ele quer, e sim no fato de que Deus não tem nenhum desejo interior para pecar. Visto que o desejo para pecar é totalmente ausente em Deus, não há razão para ele escolher pecar.

Antes da queda, Adão não tinha a perfeição moral de Deus, mas também não tinha a incapacidade de refrear-se de pecar (*non posse, non pecarre*). Durante seu tempo de "provação" no jardim, Adão tinha a capacidade de pecar e a capacidade de não pecar. Ele escolheu exercer a capacidade de pecar e, assim, mergulhou a raça humana em ruína.

Como resultado, o primeiro pecado de Adão passou a todos os seus descendentes. O pecado original se refere não ao primeiro pecado, e sim à punição de Deus para aquela primeira transgressão. Por causa do primeiro pecado, a natureza humana caiu em um estado moralmente corrupto, que é, em si mesmo, parcialmente, um julgamento de Deus. Quando falamos do pecado original, nos referimos à condição humana caída, que reflete o julgamento de Deus sobre a raça.

O ESTADO CAÍDO DO HOMEM

Os cristãos diferem em seus pontos de vista concernentes à extensão e à seriedade da queda. Entretanto, é quase universalmente admitido que, ao lidar com a humanidade, estamos lidando com uma raça caída. Agostinho localizou as profundezas do estado caído do homem em sua perda dos poderes de retidão originais. O homem não tem mais a capacidade de não pecar. No estado caído do homem, sua miséria se acha em sua incapacidade de guardar-se de pecar (*non posse, non pecarre*). Na queda, algo profundamente vital à liberdade moral foi perdido.

Agostinho declarou que, em seu estado antes da queda, o homem desfrutava tanto de livre-arbítrio (*liberium arbitrium*), quanto de liberdade moral (*libertas*). Desde a queda, o homem continua a ter livre-arbítrio, mas perdeu a liberdade moral que antes possuía.

Talvez o estudo mais discernente sobre o assunto do livre-arbítrio caído do homem seja *Sobre a Liberdade da Vontade* , a obra épica de Jonathan Edwards. Agostinho e Edwards diferem em terminologia, mas o significado deles é essencialmente o mesmo. Edwards distinguiu entre a *capacidade natural* de liberdade e a *capacidade moral* de liberdade. A capacidade natural lida com os poderes de ação e escolha que possuímos por natureza. As capacidades naturais do homem incluem o poder de pensar, andar, falar, comer e assim por diante. O homem não tem a capacidade natural de voar, viver debaixo da água como um peixe ou de hibernar por meses sem alimentar-se. Podemos desejar voar, mas não temos o equipamento natural necessário para realizar este desejo. Nossa liberdade tem certa restrição inata relacionada às limitações de nossas capacidades naturais.

No que diz respeito a fazer escolhas, o homem caído ainda tem a capacidade natural e as faculdades necessárias para fazer escolhas morais.

O homem ainda pode pensar, sentir e desejar. Todo o equipamento necessário para fazer escolhas permanece. O que o homem caído não tem é a disposição moral, o desejo ou a inclinação para a retidão.

Em palavras simples, o homem ainda tem a capacidade de escolher o que quer, mas não tem o desejo pela verdadeira retidão. Ele é *naturalmente livre* , mas é *moralmente escravizado* a seus próprios desejos corruptos e ímpios. Tanto Agostinho como Edwards, disseram que o homem ainda é livre para escolher, mas, entregue a si mesmo, o homem nunca escolherá a retidão, exatamente porque ele não a deseja.

Edwards foi mais além. Ele disse que o homem tem não somente a capacidade, mas também a *necessidade* inata de escolher de acordo com seus desejos. Não somente *podemos* escolher o que queremos, *temos de* escolher o que queremos. É neste ponto que surgem os protestos: a livre escolha é uma ilusão? Se *temos de* escolher o que escolhemos, como essa escolha pode ser chamada *livre* ? Se somos livres para escolher o que queremos, mas queremos somente o que é mau, como podemos ainda falar em livre-arbítrio? Foi exatamente por isso que Agostinho distinguiu *livre-arbítrio* de *liberdade* , dizendo que o homem caído ainda tem livre-arbítrio, mas perdeu sua liberdade. Foi também por isso que Edwards disse que ainda temos a liberdade natural, mas perdemos a liberdade moral.

Por que falamos em liberdade, se podemos escolher somente pecar? O âmago da questão está nas relações entre escolha e desejo ou disposição. A tese de Edwards é que sempre escolhemos de acordo com as inclinações ou disposições mais fortes do momento. Outra vez, não somente *podemos* escolher de acordo com nossos desejos mais fortes, mas *temos de* escolher de acordo com nossos desejos mais fortes do momento. Esta é a essência da liberdade – sou capaz de escolher o que eu quero, quando o quero.

Se eu *tenho de* fazer alguma coisa, então, em um sentido, minhas ações são determinadas. Mas, se minhas ações são determinadas, como posso ser livre? A resposta clássica para esta questão difícil é que a determinação de minhas escolhas vem de dentro de mim. A essência da liberdade é *autodeterminação* . Perco a minha liberdade quando minhas escolhas são forçadas sobre mim, por coerção externa. Ser capaz de escolher o que quero por virtude de autodeterminação não destrói o livre-arbítrio, antes, o estabelece.

ESCOLHAS RESULTAM DE DESEJO

Escolher de acordo com os desejos ou inclinações mais fortes do momento significa apenas que há uma razão para as escolhas que eu faço. Em um ponto, Edwards definiu a vontade como "a mente escolhendo". A escolha atual é um efeito ou resultado que exige uma causa antecedente. A causa está localizada na disposição ou desejo. Se todos os efeitos têm causas, todas as escolhas têm causas. Se a causa está fora de mim, sou vítima de coerção. Se a causa está dentro de mim, minhas escolhas são autodeterminadas ou livres.

Pense na tese de Edwards de que sempre escolhemos de acordo com as inclinações ou desejos mais fortes do momento. Pense, se quiser, na escolha mais inofensiva que você pode fazer no decurso de um dia. Talvez você assistiu a uma reunião de um grupo e escolheu sentar-se no lado esquerdo, no terceiro assento, no fim da quarta carreira, na frente da sala. Por que você escolheu sentar-se ali? Com toda a probabilidade, quando você entrou no salão, não se envolveu em uma análise profunda de suas preferências quanto a assentos. Talvez você nem fez um gráfico, para determinar qual era o melhor assento. Talvez a sua decisão foi feita rapidamente, com pouca ou nenhuma avaliação consciente e um senso de aparente espontaneidade. Isso significa que não houve razões para a sua escolha? Talvez você se assentou no lugar que escolheu porque acha confortável sentar-se no lado esquerdo da sala nessas reuniões. Talvez você foi atraído ao assento por causa da proximidade de um amigo ou do seu acesso à saída. Em situações como esta, a mente avalia diversos fatores tão rapidamente que tendemos a pensar que nossas reações são espontâneas. A verdade é que algo em você provocou o desejo de sentar-se em determinado assento, pois, do contrário, sua escolha foi um efeito sem causa.

Talvez sua escolha do assento foi governada por forças além de seu controle. Talvez o assento que você escolheu era o único que restava na sala, de modo que você não tinha outra escolha. Isso é totalmente verdadeiro? Ainda havia a opção de ficar em pé no fundo da sala. Havia também a opção de abandonar totalmente a reunião. Você escolheu sentar-se no único assento disponível, porque seu desejo de sentar-se era mais forte do que o desejo de ficar em pé, e seu desejo de permanecer era mais forte do que o desejo de sair.

Considere uma ilustração mais bizarra. Suponha que, em seu retorno para casa, vindo de uma reunião, você encontre um ladrão que aponta um revólver para sua cabeça e diz: "O dinheiro ou a vida". O que você faz? Se você ceder às exigências dele e pegar a sua carteira, se tornará uma vítima de coerção e, em alguma medida, terá exercido livre escolha. A coerção se introduz em virtude do fato de que o ladrão está restringindo severamente suas opções a duas. O elemento de liberdade que é preservado procede do fato de que você ainda tem duas opções, e escolhe aquela pela qual você tem o mais forte desejo no momento.

Em igualdade de circunstâncias, você não teria qualquer desejo de dar seu dinheiro a um ladrão indigno. Mas você não tem o menor desejo de ter seu cérebro atingido pela bala de um ladrão. Mesmo em face do pequeno número de opções, você ainda escolhe de acordo com a inclinação mais forte do momento. Sempre fazemos o que realmente queremos fazer.

A Bíblia ensina, alguns dirão, que não fazemos sempre o que queremos fazer. O apóstolo Paulo lamentou, em Romanos 7, que o bem que ele queria fazer, não o fazia; e o mal que ele não queria fazer, isso era o que fazia. A frustração de Paulo quanto à infelicidade de sua condição pareceria refutar totalmente a tese de Edwards sobre a relação entre escolha e desejo. Entretanto, Paulo não estava expressando uma análise da relação casual entre desejo e escolha. Estava expressando uma profunda frustração que se centralizava no complexo de desejos que assediam a vontade humana.

Somos criaturas que têm inúmeros desejos, muitos dos quais estão em conflito violento uns com os outros. Outra vez, considere a dimensão "em igualdade de circunstâncias" de nossas escolhas morais. Sendo um cristão, tenho um desejo profundo de agradar a Cristo com minha vida e atingir retidão. Esse bom desejo por obediência a Cristo não é nem perfeito nem puro, pois conflita diariamente com outros desejos em minha personalidade pecaminosa. Se o único desejo que eu tivesse, ou se o desejo mais forte que eu tivesse, fosse obedecer continuamente a Deus, eu nunca pecaria intencionalmente contra ele. Entretanto, há ocasiões em que meu desejo de pecar é maior do que meu desejo de obedecer; quando isso acontece, eu peco. Quando meu desejo de obedecer é maior do que o meu desejo de pecar, nesse momento eu me refreio de pecar. Minhas escolhas revelam, com mais clareza e com mais certeza do que qualquer outra coisa, o nível de meu desejo.

Desejos, como os apetites, não são constantes. Nossos níveis de desejo variam dia a dia, hora a hora, minuto a minuto. Os desejos se movimentam num padrão de "fluxo e refluxo", como ondas do mar. A pessoa que segue uma dieta experimenta momentos intensos de fome em várias horas do dia. É fácil alguém fazer a resolução de seguir uma dieta quando está saciado. De modo semelhante, é fácil alguém resolver ser justo em meio a uma comovente experiência espiritual de oração. Mas somos criaturas de disposições inconstantes e desejos transitórios, que ainda não atingiram uma constância de vontade baseada em uma consistência de desejos santos. Enquanto existe conflito de desejos e permanece um apetite pelo pecado no coração, o homem não é totalmente livre no sentido moral do qual falou Jonathan Edwards. Também não experimenta a plenitude de liberdade descrita por Agostinho.

A ESCOLHA COMO UM ATO ESPONTÂNEO

Contra a opinião de Agostinho sobre o livre-arbítrio, há a noção clássica que descreve a ação ou a atividade de escolha em termos puramente espontâneos. Neste conceito, a vontade escolhe e é livre, não somente de forças externas de coerção, mas também do domínio interior da disposição ou desejo. A escolha do momento acontece livremente, no sentido de que nenhuma inclinação ou disposição anterior controla, dirige ou afeta a escolha feita. É correto dizer que esta é a opinião de livre-arbítrio predominante na cultura ocidental; é também a opinião que Calvino tinha em vista, quando disse: "O livre-arbítrio é um termo elevado demais para ser aplicado ao homem". Fundamentalmente, ele insinua que o homem pode fazer escolhas que são efeitos sem causas. Este conceito sugere que o poder do homem para produzir um efeito sem causa excede até ao poder criador do Deus todo-poderoso. Além disso, a regra cardeal de casualidade – *ex nihilo, nihil fit* ("do nada, nada vem") – é quebrada. Essa opinião quanto à liberdade é repugnante, não somente para a Escritura, mas também para a razão.

Entender a liberdade como escolha puramente espontânea, sem qualquer disposição controladora anterior, significa tirar da liberdade qualquer relevância moral. Ou seja, se eu pratico um ato sem qualquer motivo anterior, ou sem qualquer inclinação prévia para com a retidão ou em oposição a ela, como pode ser dito que meu ato é moral? Esse ato seria praticado sem motivo ou razão por trás dele; seria uma ação puramente casual, sem qualquer virtude moral ligada a ela.

No entanto, um questionamento mais profundo permanece: essa ação espontânea é realmente possível? Se a vontade não é inclinada nem para a direita nem para a esquerda, como ela pode realmente escolher? Se não há qualquer disposição para com a ação ou em oposição a ela, a vontade sofre de paralisia completa. É como um jumento que teve colocado diante de si um fardo de feno e um balde de aveia. A inclinação do jumento para com o feno e a aveia é exatamente igual, sem o menor grau de preferência por um ou por outro. A história diz que, nessa circunstância, o jumento morre de fome, tendo um banquete diante de si, porque não tem meios de escolher entre as duas comidas.

O problema prático que permanece, na opinião clássica quanto ao livre-arbítrio, é levantado pela psicologia behaviorista. Se o homem é realmente autodeterminado ou livre, isso não significa que, se os seus desejos fossem totalmente conhecidos, a ação do homem em cada circunstância específica seria completamente previsível? Há um sentido em que temos de concordar com o fato de que essa previsibilidade seria subentendida. Todavia, não há uma maneira pela qual um gênio, sem Deus e sem a sua onisciência, poderia saber todos os fatores complexos presentes na mente humana que avalia uma escolha.

Reconhecemos, juntamente com os psicólogos, que preferências e inclinações são moldadas, em muitos aspectos, por experiência e ambiente, mas não podemos predizer com certeza o que qualquer ser humano fará. Variáveis ocultas no complexo da personalidade humana explicam esta imprevisibilidade. Mas permanece o fato de que há sempre uma razão para as nossas ações, uma causa para as nossas escolhas. Essa causa procede, em parte, de nós mesmos e, em parte, das forças que operam ao nosso redor e contra nós.

A DEFINIÇÃO DE LIBERDADE

O curso mais seguro a tomarmos é definir liberdade como o fizeram os pais da igreja, como Agostinho: "a capacidade de escolher o que queremos". A soberania de Deus não extingue essa dimensão da personalidade humana, mas certamente governa sobre ela.

Formas rígidas de determinismo clamam: "Se os fatores complexos que constituem a nossa personalidade determinam minhas escolhas, qual o valor do autoaprimoramento e da busca por retidão? Se minha vontade está escravizada por minhas disposições e desejos, que esperança eu tenho de quebrar os padrões de pecado que são tão destrutivos ao meu modo atual de comportamento?"

Em um sentido real, o processo de santificação envolve uma reprogramação radical do ego interior. Não somos vítimas de forças cegas e mecânicas, que controlam nosso destino. Como seres inteligentes, podemos fazer algo para mudar as disposições de nosso coração e as inclinações de nossa mente.

É importante lembrar que o desejo não é um poder fixo e constante que pulsa em nossa alma. Nossos desejos mudam e variam de momento a momento. Quando a Bíblia nos chama a alimentar o novo homem e matar de fome o velho homem, podemos aplicar esta exortação por nos beneficiarmos do fluxo e refluxo de disposições para fortalecer o novo homem, quando nosso desejo por Cristo é inflamado, e mortificar os desejos do velho homem por matá-lo de fome, em tempos de fartura. A maneira mais simples de afirmar o mecanismo do pecado é entender que, no momento em que eu peco, desejo mais o pecado do que desejo agradar a Deus. Em outras palavras, o meu amor pelo pecado é maior, no momento de seu mais intenso desejo, do que o meu amor pela obediência a Deus. Portanto, a conclusão mais simples é que, para vencer o poder do pecado em nós, precisamos, ou diminuir nosso desejo pelo pecado, ou aumentar nosso desejo por obedecer a Deus.

O que podemos fazer para realizar essas mudanças? Podemos submeter-nos à disciplina de uma aula ou de um professor, ou dedicar-nos a um estudo rigoroso da lei de Deus. Esse estudo disciplinado pode ajudar-nos a renovar nossa mente, equipando-nos com um novo entendimento do que agrada e do que desagrada a Deus. O desenvolvimento de uma mente renovada é a definição bíblica de transformação espiritual.

A mente e a vontade estão ligadas, como observou Edwards. Entender mais profundamente quão detestável é o nosso pecado para Deus, pode mudar ou reprogramar nossas atitudes em relação ao pecado. Devemos seguir a exortação bíblica de concentrar-nos em tudo que é puro e bom. Talvez seja muito esperar que um homem mude para pensamentos puros, em meio a um ataque de lascívia profunda. Seria difícil para ele apertar um botão e mudar a inclinação de seu desejo nesse momento. No entanto, em uma condição mais equilibrada, ele pode ter a oportunidade de reprogramar a sua mente, por enchê-la com pensamentos santos e elevados das coisas de Deus. O resultado é que ele pode fortalecer bem a disposição de seu coração para com Deus, e enfraquecer a disposição de sua natureza caída para com o pecado.

Não precisamos nos render a uma forma superficial de determinismo ou behaviorismo rígido, que nos faria desistir de toda esperança de mudança. As Escrituras nos encorajam a desenvolver a nossa salvação "com temor e tremor", sabendo não somente que estamos aplicando os meios de graça por nosso próprio esforço, mas também que Deus mesmo está operando em nós, para realizarmos as mudanças necessárias que nos conformam à imagem de seu Filho (Fp 2.12-13; 1.6).

A SOBERANIA DE DEUS E A LIBERDADE DO HOMEM

O que podemos dizer sobre a liberdade do homem em relação à soberania de Deus? Talvez o mais antigo dilema da fé cristã seja a aparente contradição entre a soberania de Deus e a liberdade do homem. Se definirmos a liberdade humana como *autonomia* (significando que o homem é livre para fazer o que lhe agrada, sem constrangimento, sem responsabilidade para com a vontade de Deus), então, é claro que devemos dizer que o livre-arbítrio é contraditório à soberania de Deus. Não podemos ignorar este dilema, chamando-o de mistério. Temos de encarar todo o significado do conceito. Se livre-arbítrio significa autonomia, Deus não pode ser soberano. Se o homem é total e completamente livre para fazer o que lhe agrada, não pode haver um Deus soberano. No entanto, Deus é totalmente soberano para fazer o que lhe agrada, nenhuma criatura pode ser autônoma.

É possível existir uma variedade de seres, todos os quais são livres em vários graus, mas nenhum dos quais é soberano. O grau de liberdade é medido pelo nível de poder, autoridade e responsabilidade que cada criatura mantém. No entanto, não vivemos nesse tipo de universo. Há um Deus que é soberano – e isso significa: ele é totalmente livre. Minha liberdade está sempre dentro de limites. Minha liberdade é sempre constrangida pela soberania de Deus. Tenho liberdade para fazer coisas que me agradam, mas, se minha liberdade entra em conflito com a vontade decretiva de Deus, não há dúvida quanto ao resultado – o decreto de Deus prevalecerá sobre a minha escolha.

Diz-se tão frequentemente – e já se tornou quase um axioma aceito acriticamente nos círculos evangélicos – que a soberania de Deus nunca pode violar a liberdade humana, no sentido de que a soberania de Deus nunca pode invalidar a liberdade humana. Este pensamento beira – se não ultrapassa – a blasfêmia, porque contém a ideia de que a soberania de Deus é constrangida pela liberdade humana. Como eu digo, a implicação aqui é blasfêmia, porque eleva a criatura à estatura do Criador. A glória, a majestade e a honra de Deus são denegridas, pois ele é reduzido ao status de uma criatura secundária e impotente. Falando biblicamente, o homem é livre, mas a sua liberdade não pode nunca violar ou invalidar a soberania de Deus.

Eu e meu filho somos agentes morais livres; ele tem uma vontade, e eu tenho uma vontade. Contudo, quando ele era um adolescente que vivia em minha casa, a sua vontade era constrangida por minha vontade, mais frequentemente do que a minha o era pela dele. Eu possuía mais autoridade e mais poder no relacionamento; por isso, eu tinha uma dimensão de liberdade maior do que ele tinha. Assim acontece em nosso relacionamento com Deus; o poder e a autoridade de Deus são infinitos, e sua liberdade nunca é obstruída por violação humana.

Não há nenhuma contradição entre a soberania de Deus e o livre-arbítrio do homem. Aqueles que vêm uma contradição ou mesmo apontam para o problema como um mistério sem solução, não entendem o mistério. O verdadeiro mistério concernente ao livre-arbítrio é como ele foi exercido por Adão antes da queda.

OPÇÕES PARA CONSIDERARMOS O PECADO DE ADÃO

Se Agostinho estava certo ao dizer que Adão, antes da queda, possuía uma capacidade de pecar e uma capacidade de não pecar, e que ele foi criado sem qualquer disposição ou inclinação anterior para com o pecado, então, a pergunta que temos diante de nós é esta: como foi possível tal criatura, sem qualquer disposição anterior para com o mal, dar um passo em direção ao mal? Enquanto lidamos com este mistério, desejo apresentar várias opiniões que serviram como explicações no passado.

Primeiramente, podemos supor que Adão caiu porque foi enganado pela esperteza de Satanás, e não sabia o que estava fazendo. A inspiração para esta hipótese é a ênfase bíblica na astúcia do Diabo. Em sua fraude, Satanás foi capaz de seduzir Adão e Eva por confundir seus padrões de pensamento. Assim, a fraqueza de nossos primeiros pais não foi moral em natureza, e sim intelectual, visto que deixaram de perceber a sagacidade da serpente. O que complica o quadro é o fato de que as Escrituras não descrevem nesta ocasião Adão e Eva como pessoas que foram totalmente enganadas por seu adversário; antes, eles tinham pleno conhecimento do que Deus lhes permitia e não permitia fazer. Não podiam alegar ignorância do mandamento de Deus como desculpa para a sua transgressão.

Há ocasiões em que a ignorância é escusável, ou seja, quando essa ignorância não pode, talvez, ser evitada ou vencida. Essa ignorância é descrita apropriadamente pela Igreja Católica Romana como "ignorância invencível" – a ignorância que não temos o poder de vencer. Ignorância invencível desculpa e dá à pessoa uma anistia momentânea de qualquer acusação de erro moral. No entanto, o relato bíblico contradiz esta opinião no caso de Adão e Eva, porque Deus pronunciou juízo sobre eles. A menos que o juízo tenha sido arbitrário ou imoral por parte de Deus, só podemos concluir que o erro de Adão e Eva foi inescusável. Um Deus justo não pune transgressões escusáveis. De fato, transgressões escusáveis não são transgressões.

Uma segunda opção é a de que Adão e Eva foram coagidos por Satanás a desobedecerem a Deus. Aqui vemos a ocasião original da afirmação "O Diabo me levou a fazer isso". Se, porém, Satanás coagiu forçosa e plenamente Adão e Eva a transgredirem a lei de Deus, então achamos novamente uma desculpa para a ação deles. Temos de concluir que eles não agiram com razoável medida de liberdade, uma medida que os teria, pelo menos, livrado da culpabilidade moral. Essa teoria viola o ensino claro do texto bíblico, o qual não sugere nenhuma manipulação coerciva por parte de Satanás.

Consistentemente, as Escrituras colocam a responsabilidade, a vergonha e toda a culpabilidade em Adão e Eva. Eles praticaram o mal. A escolha deles foi uma escolha má.

Por que meios Adão e Eva fizeram uma escolha má? Se aplicamos a Adão antes da queda, a análise de escolha que era comum a Agostinho e a Edwards, ficamos diante de um dilema sem solução. Se Adão foi criado com uma disposição puramente neutra (sem qualquer inclinação para com a retidão ou para com o mal), ainda enfrentaríamos o mesmo impasse racional que Edwards vinculou ao caso daqueles que imporiam tal disposição ao homem depois da queda. Uma vontade sem nenhuma predisposição não teria qualquer motivação para fazer escolhas. Sem motivação, não haveria nenhuma escolha. Ainda que tal escolha fosse possível, ela não teria nenhum significado moral vinculado a si.

Temos de examinar as outras duas alternativas: que Adão foi criado com uma predisposição para o mal ou com uma predisposição singular para o bem. Ambas as opções terminam em insuperável dificuldade intelectual. Se admitimos que Adão foi criado com uma predisposição para o mal, maculamos horrivelmente o caráter de Deus, pois isto significaria que Deus criou o homem com uma predisposição para o mal e, depois, puniu o homem por exercer a disposição que Deus mesmo colocara em sua alma. Em um sentido real, isto faria de Deus o autor e o responsável pela impiedade humana. Cada página da Escritura Sagrada rechaça essa tese, visto que ela transferiria a culpa do homem para Deus, que é totalmente bom. Apesar disso, muitos adotam esta opinião, seguindo os passos implícitos do primeiro homem, Adão, que se desculpou diante do Criador por dizer: "A mulher que [*tu*] me deste por esposa, ela me deu da árvore, e eu comi" (Gn 3.12 – ênfase acrescentada). Os homens desde Adão têm manifestado seu estado caído, por tentarem transferir para o Criador a culpa por sua queda.

Uma terceira opção é que Deus criou o homem com disposição apenas para a retidão. Se este fosse o caso, então, teríamos um efeito sem uma causa suficiente. Como é possível uma criatura criada com a disposição apenas para a retidão ter escolhido um ato ímpio?

OUTRAS INDAGAÇÕES SOBRE O MISTÉRIO DO PECADO DE ADÃO

Tenho uma aversão inata à teologia dialética – a teologia que proclama a beleza de contradições e afirmações complexas. Por isso, tenho de concordar, embora com dificuldade, com o que diz um teólogo neo-ortodoxo a respeito da origem do pecado de Adão. Karl Barth chamou o pecado de Adão de "possibilidade impossível". É claro que Barth estava chamando a atenção para o inexplicável mistério da transgressão de Adão – o que era racionalmente impossível e inconcebível aconteceu; e continua sendo um mistério genuíno e insondável para nós.

Outras tentativas têm sido feitas para achar uma resposta complexa e sofisticada para o mistério da iniquidade. Uma sugestão é que o pecado de Adão foi semelhante a todo pecado, ou seja, uma privação, uma corrupção ou uma negação de algo que era inerente e intrinsecamente bom.

Em outras palavras, Adão foi criado com uma boa disposição moral. Seus apetites e desejos eram continuamente bons, e, como resultado, pode-se esperar que suas atividades fossem igualmente boas. No entanto, sugere-se que, na complexidade de escolhas morais, uma boa vontade (que tem um desejo que é bom em si mesmo) pode ser, às vezes, mal usada e abusada para um propósito mau. O exemplo supremo dessa distorção ocorreu na tentação de Jesus, o segundo e novo Adão.

Na experiência da tentação de Jesus, no deserto, Satanás aproximou-se de Jesus, em meio a um jejum prolongado. Talvez seja seguro supor que, naquela altura, Jesus tinha um desejo profundo por comida. Em e de si mesmo, esse desejo natural de comer não levava consigo nuanças imorais. Espera-se que um homem faminto tenha a disposição de comer. Todavia, Jesus quis obedecer a Deus por meio deste ato de autoprivação. Quando Satanás se aproximou de Jesus e sugeriu que ele transformasse pedras em pães, ele estava apelando a um apetite e desejo perfeitamente normais, que havia em Jesus. Todavia, o desejo de Jesus de obedecer ao Pai era mais profundo do que seu desejo de se alimentar. Por isso, cheio de um desejo totalmente correto, ele foi capaz de vencer a tentação de Satanás.

Ora, a teoria é mais ou menos assim: talvez tenha sido algo bom que levou Adão a cair – algo que, em e de si mesmo, era bom, mas que pode ter sido mal usado e abusado pelas influências sedutoras de Satanás. Essa explicação certamente ajuda a tornar a queda mais compreensível, mas não se sustenta por muito tempo. Em seu ponto mais vital, a explicação não esclarece como esse desejo bom se distorceu, anulando a obrigação anterior de obedecer a Deus. Em algum ponto, antes de acontecer o ato de transgressão, Adão deve ter desejado a desobediência a Deus mais do que a obediência a ele. Nisto, a queda já havia acontecido, porque o próprio desejo de agir contra Deus, em desobediência, é pecaminoso em si mesmo.

Deixo a questão de explicar a queda de Adão por causa do exercício de seu livre-arbítrio às mãos de teólogos mais competentes e mais perspicazes. Colocar a culpa da queda nas limitações finitas do homem é realmente colocar a culpa em Deus, que fez o homem finito. Biblicamente, a questão tem sido, e sempre será, uma questão moral. O homem foi ordenado, pelo Criador, a não pecar, mas escolheu pecar, não porque Deus ou alguma outra pessoa o forçou a isso. O homem escolheu de seu próprio coração.

Consequentemente, tentar achar a resposta para o *como* do pecado humano é entrar no campo do mistério mais profundo. Talvez tudo que possamos fazer, em análise final, é reconhecer a realidade de nosso pecado e nossa responsabilidade por ele. Embora não o possamos explicar, sabemos o bastante para confessá-lo. Nunca devemos atribuir a causa de nosso pecado a Deus, ou adotar qualquer posição que nos isente da responsabilidade moral que a Escritura atribui claramente a nós.

Alguns têm criticado a fé cristã, por sua incapacidade de apresentar uma resposta satisfatória para a questão do pecado. O fato é que outras religiões têm de encarar esta mesma questão. Algumas respondem apenas negando a realidade do mal – uma saída conveniente, mas absurda. Somente o cristianismo lida diretamente com a realidade do pecado, por prover um escape de suas consequências.

A solução cristã para o problema do pecado é um afastamento radical da solução que outras religiões oferecem, porque está centrada na pessoa e na obra de Jesus Cristo. Por meio do sacrifício perfeito de Cristo, que foi eficaz para expiar os pecados dos crentes, nos tornamos justos aos olhos de Deus. Todavia, essa justiça não nos dá licença para fazermos o que queremos. Ainda temos de procurar fazer a vontade preceptiva de Deus, especialmente quando navegamos pelas águas perigosas dos dilemas morais, éticos e sociais de nossa época.

Embora tenhamos discutido os aspectos mais teológicos da vontade do homem e da vontade de Deus, temos dois outros assuntos que nos chamam a atenção: a vontade de Deus para nosso trabalho e para o nosso status conjugal. Estes dois interesses práticos ocupam o centro do drama de nossa vida pessoal. O que podemos aprender sobre a vontade de Deus e a vontade do homem, em relação a estes aspectos cruciais de nosso viver? Os capítulos seguintes nos oferecem orientações que facilitam nossa tomada de decisão nestas áreas tão importantes.

A vontade de Deus e seu trabalho

Quando somos apresentados a pessoas, em geral, elas nos fazem estas três perguntas: "qual é o seu nome?"; "De onde você é?"; "O que você faz?" A terceira pergunta é a que nos interessa neste capítulo.

"O que você faz?" é, obviamente, uma pergunta sobre a ocupação, a carreira ou a vocação de alguém. As pessoas querem saber que trabalho ou serviço constitui nosso sustento, ou nos ajuda a satisfazer nossas aspirações pessoais.

Todos conhecemos bem o ditado "Nem só de pão vive o homem". Entendemos que a vida é mais do que trabalho. Dedicamos períodos de tempo à recreação, sono, jogos e outras atividades que não fazem parte de nosso emprego ou trabalho principal. Todavia, a porção de nossa vida gasta no trabalho é tão grande, e consome tanto tempo, que tendemos a ver a nossa identidade pessoal à luz de nosso trabalho.

Não importando o que mais sejamos, somos também criaturas envolvidas em labor. Este é o desígnio da criação – Deus mesmo é um Deus que trabalha. Desde o momento da criação, ele deu aos nossos pais originais as responsabilidades do trabalho. Adão e Eva foram chamados a preparar a terra, cultivá-la e guardá-la, dar nomes aos animais e ter domínio sobre a terra, como uma responsabilidade administrativa. Todas estas atividades envolviam o uso de tempo, energia e recursos – em resumo, trabalho.

Às vezes, caímos na armadilha de pensar que o trabalho é um castigo que Deus nos deu, como resultado da queda de Adão, no Jardim do Éden. Temos de lembrar que o trabalho foi dado *antes* da queda. Com certeza, nosso trabalho tem dificuldades adicionais, vinculadas a ele por causa da queda. Uma mistura de cardos e espinhos se acha entre as boas plantas que desejamos cultivar. Nosso trabalho é realizado com o suor de nosso rosto. Essas foram algumas das penalidades do pecado, mas o trabalho em si mesmo era parte do glorioso privilégio, dado ao homem e à mulher na criação. É impossível entendermos a nossa humanidade, sem entendermos a importância central do trabalho.

A maioria de nós gasta os primeiros anos da vida preparando-se e recebendo treinamento para uma atividade de trabalho vitalícia. Um cristão sensível entende que, no labor de sua ocupação, ele é responsável por contribuir para o reino de Deus, por cumprir um mandado divino, por engajar-se numa vocação santa como um servo do Deus vivo. Esse cristão está profundamente interessado em descobrir quão bem ele pode servir a Deus, por meio de seu trabalho.

VOCAÇÃO E CHAMADA

A ideia de vocação se baseia na premissa teológica de uma chamada divina. A palavra *vocação* se origina da palavra latina que significa "chamada". Em nossa sociedade secular, o significado religioso do vocábulo perdeu sua importância, havendo-se tornado apenas um sinônimo de *carreira* . Usarei a palavra *vocação* em seu sentido original: uma chamada divina, uma convocação santa, para cumprirmos uma tarefa ou uma responsabilidade que Deus colocou sobre nós. A pergunta que, como cristãos, enfrentamos é esta: "Quanto à minha vocação, estou no centro da vontade de Deus?" Em outras palavras: "Estou fazendo com minha vida o que Deus quer que eu faça?" Neste ponto, a questão da vontade de Deus se torna eminentemente prática, porque toca naquela dimensão de minha vida, que ocupa a maior parte das horas em que estou acordado, e tem o maior impacto em moldar minha personalidade.

Se a Bíblia ensina algo, ela ensina que Deus é um Deus que chama. O mundo foi criado por meio da chamada de um Criador onipotente: "Haja luz; e houve luz" (Gn 1.3). Deus também chama o seu povo ao arrependimento, à conversão e a fazer parte de sua família. Além disso, ele nos chama a servi-lo em seu reino, usando da melhor maneira possível os nossos dons e talentos. Mas ainda permanece a pergunta "Como eu sei qual é a minha chamada vocacional específica?"

Uma das maiores tragédias da sociedade moderna é que, embora o mercado de trabalho seja vasto e composto de um número infinito de carreiras possíveis, o sistema educacional que nos treina tende a guiar-nos e dirigir-nos a um pequeno número de escolhas ocupacionais. Quando me graduei no ensino médio, e estava me preparando para começar a faculdade, grande parte das discussões centralizaram-se nas principais aspirações e carreira do aluno. Naquele tempo, parecia que todos estavam dispostos a se tornar engenheiros. A cultura mecanizada dos anos 1950 estava abrindo milhares de posições lucrativas para engenheiros. Os campi universitários estavam repletos de jovens, que aspiravam graduação em engenharia.

Também lembro a abundância de engenheiros no mercado que aconteceu nos anos 1970. Circulavam histórias sobre pessoas que tinham doutorado em engenharia, mas colecionavam desemprego e lavavam louças nos restaurantes locais, porque não havia trabalhos de engenheiro suficientes. O mesmo pode ser dito de especialistas em educação. Posições na área de educação se tornavam cada vez mais escassas, enquanto o número de requisitantes se tornava cada vez maior. O problema foi acentuado pela publicidade e aconselhamento mal orientados, que direcionavam as pessoas a papéis ocupacionais totalmente preenchidos pela sociedade.

No início do século XX, as escolhas eram muito menos difíceis, visto que a grande maioria dos filhos americanos gastava seu tempo preparando-se para uma vida em trabalho agrícola. Hoje, aproximadamente 2% da população estão empregados na agricultura – uma diminuição radical em uma ocupação que abriu a porta para diversas outras ocupações.

ACHANDO A SUA VOCAÇÃO

A questão da vocação se torna uma crise, em dois momentos principais da vida. O primeiro é no final da adolescência, quando uma pessoa é pressionada a decidir que habilidades e conhecimento devem adquirir, para uso futuro. Alguns calouros de faculdade sentem-se pressionados a declarar sua especialização em seu primeiro ano, antes de conhecer as opções disponíveis e os limites de sua capacidade.

O segundo período da vida é quando a vocação se torna uma crise no meio da vida, quando o indivíduo experimenta um senso de frustração, fracasso ou falta de realização na profissão que está seguindo. Talvez ele pergunte: "Eu desperdicei a minha vida? Estou sentenciado para sempre a um trabalho que acho sem significado, insatisfatório e frustrante?" Essas perguntas ressaltam o fato de que o aconselhamento vocacional é uma das partes mais importantes do aconselhamento pastoral, ficando atrás apenas do aconselhamento conjugal.

Temos de considerar, também, o fato de que a frustração vocacional é uma das grandes causas de desarmonia conjugal e conflitos familiares. Portanto, é importante abordar a questão da vocação com muito cuidado, tanto nos primeiros estágios de desenvolvimento do adolescente, como nos estágios posteriores, quando o senso de frustração predomina.

O problema de discernir a vocação pessoal se focaliza, principalmente, em quatro perguntas importantes:

1. O que eu *posso* fazer?
2. O que eu *gosto* de fazer?
3. O que eu gostaria de ser *capaz* de fazer?
4. O que eu *devo* fazer?

A última pergunta pode inquietar a consciência sensível. Para começarmos a respondê-la, precisamos dar uma olhada nas outras três perguntas, porque estão intimamente ligadas à última: "O que eu devo fazer?"

O que eu posso fazer? Avaliar razoavelmente as nossas capacidades, habilidades e aptidões é uma parte crucial e básica do processo de tomar decisão, na escolha de uma vocação. Precisamos perguntar: "Quais são as minhas capacidades? O que estou preparado a fazer?"

Podemos objetar que Moisés e Jeremias protestaram contra a chamada de Deus, por dizerem que não estavam preparados para a tarefa. Moisés argumentou que tinha limitações na capacidade de falar, e Jeremias lembrou ao seu Criador a sua juventude. Ambos experimentaram a repreensão de Deus, por tentarem evadir-se da chamada divina, com base na afirmação frívola de que não tinham a capacidade para o trabalho.

Nem Moisés, nem Jeremias tinham pleno entendimento do que era necessário para realizar as convocações que Deus lhes deu. Moisés, por exemplo, protestou que não tinha a habilidade de falar, mas Deus preparou Arão para ajudar Moisés naquela parte da tarefa. O que Deus procurava era a liderança obediente de Moisés; o falar em público podia ser delegado a outra pessoa. Certamente, Deus levou em consideração os dons, as habilidades e a aptidão de Moisés, antes de chamá-lo.

Devemos lembrar que Deus é o Administrador perfeito. Ele é eficiente em sua seleção, chamando pessoas de acordo com os dons e talentos que lhes deu. A estratégia de Satanás é manipular os cristãos a ocuparem posições para as quais não têm habilidade ou capacidade de cumprirem bem. O próprio Satanás é muito eficiente em direcionar cristãos à improdutividade e ineficácia.

O que podemos fazer? Esta pergunta pode ser respondida por exames de proficiência, análises de nossas forças e fraquezas e uma avaliação sensata de nosso desempenho passado. Habilidades e desempenhos podem ser, e são, medidos de maneiras sofisticadas, em nossa sociedade. Precisamos conhecer os parâmetros de nossas habilidades.

Pessoas procuram, frequentemente, posições para as quais não têm habilidade. Infelizmente, isto é verdadeiro na igreja e no serviço cristão. Alguns cristãos são famintos e sedentos por estarem no serviço cristão de tempo integral, mas não têm a habilidade e os dons exigidos para o trabalho específico. Por exemplo, eles podem ter formação acadêmica e credenciais para o pastorado, mas não têm as habilidades administrativas ou as capacidades pessoais para serem pastores eficazes.

Talvez, o princípio bíblico mais importante a respeito de habilidades se acha na exortação de Paulo, que nos instrui a fazermos uma análise prudente de nós mesmos, não pensando de nós mesmos além do que convém (Rm 12.3). Por meio de análise sensata, podemos fazer uma avaliação séria, honesta e clara do que podemos e não podemos fazer; e devemos agir de acordo com isso.

A pessoa jovem tem uma pergunta diferente: o que eu *gostaria* de ser capaz de fazer? Essa pessoa pode ter desenvolvido poucas habilidades, ou ter pouca formação educacional, mas compreende que dispõe de tempo suficiente para adquirir habilidades e talentos, por meio de educação ou treinamento vocacional.

Neste ponto, o conceito de aptidão é importante. Aptidão envolve as habilidades latentes de uma pessoa, bem como suas habilidades adquiridas. Uma pessoa pode ter certa aptidão por coisas mecânicas, e não ter aptidão por coisas abstratas. Esta pessoa pode desejar ser um filósofo, mas faria melhor investimento de seu tempo se aprendesse a ser um mecânico de avião. Entretanto, preferências ainda são importantes. Aqui, penetramos naquela área crítica e assustadora da experiência humana, chamada o campo da motivação.

HABILIDADES MOTIVADAS

Pesquisas indicam que a maioria das pessoas tem mais do que uma habilidade, e que suas habilidades podem ser divididas em dois tipos básicos: habilidades *motivadas* e habilidades *não motivadas* . Uma habilidade não motivada é uma capacidade ou talento que uma pessoa tem, mas não é motivada a usá-la. Algumas pessoas são muito boas em fazer certas coisas, mas não acham nenhuma realização ou satisfação pessoal em fazê-las. Desempenhá-las é realmente doloroso e enfadonho. Tais pessoas podem ser proficientes no que fazem, mas, por uma razão ou outra, acham a tarefa odiosa.

Sei de uma moça que, em seus anos de adolescência, atraiu a atenção nacional por causa de sua proficiência no jogo de golfe. Enquanto ainda era adolescente, ela ganhou um campeonato nacional. Mas, quando chegou o tempo de moças de sua idade se tornarem profissionais, ela escolheu uma vocação diferente, não porque tivera uma chamada mais elevada para seguir uma vocação espiritual, e sim porque achou o golfe muito desagradável. Seu desprazer surgiu como resultado de pressão intensa que seu pai lhe impôs, forçando-a a tornar-se uma jogadora de golfe proficiente em idade juvenil. Quando ela ficou mais velha e saiu de debaixo da autoridade dos pais, decidiu fazer outra coisa. Ela tinha a habilidade para se tornar uma jogadora de golfe profissional, mas não tinha a motivação.

Podemos perguntar: "Como ela pôde se tornar tão proficiente no primeiro momento, se não havia sido motivada a se sair bem no golfe?" Temos de compreender que ela fora motivada a se tornar proficiente, mas a motivação se baseava amplamente no temor da ira de seu pai. A fim de agradá-lo, ela se disciplinou, para adquirir uma habilidade que nunca teria buscado por si mesma. Uma vez livre da força constrangedora da autoridade do pai, ela mudou sua busca vocacional para outra direção. A moral da história é óbvia. A pessoa que dá todo o seu tempo e energia a uma habilidade não motivada é uma pessoa frustrada, que pode irritar-se a qualquer momento.

É verdade que, como cristãos, nem sempre temos o prazer de fazer as coisas que precisamos fazer. Deus nos chama a sacrificar-nos e dispor-nos a participar da humilhação de Cristo. Com certeza, vivemos em meio a uma guerra e, como cristãos, nos comprometemos com ela, durante sua duração. Nunca devemos negligenciar nossa responsabilidade solene com o reino de Deus. Sendo chamados para servir, somos também chamados para obedecer. Às vezes, somos chamados a fazer coisas que, pessoalmente, não gostamos de fazer. Apesar disso, a consideração predominante é conformarmos nossa motivação à nossa chamada, e a nossa chamada à nossa motivação.

Jesus não queria ir à cruz, como ele expressou em sua agonia no Jardim do Getsêmani. Ao mesmo tempo, ele tinha um desejo e uma motivação predominantes de fazer a vontade de seu Pai. Isso era a sua "comida e bebida", o foco de seu zelo. Quando lhe foi confirmado que era a vontade do Pai que ele entregasse sua vida, Jesus foi, em um sentido bem real e vital, motivado a fazê-lo.

Vamos estender o conceito de serviço e de obediência à analogia da guerra humana. Uma crise aflige uma nação, e um povo é convocado à causa da defesa nacional. Deixando a segurança e o conforto de seus lares e trabalhos, eles fazem sacrifícios, por alistarem-se nas forças armadas. Os cristãos não são chamados a fazer o mesmo? Certamente, há um sentido em que somos. Todavia, no contexto dos exércitos terrenos, há vasto número de trabalhos; e para alguns destes deveríamos ser capacitados, mas para outros, não. Algumas tarefas militares se

harmonizariam com nossas habilidades e padrões de comportamento motivados, enquanto outras estariam totalmente em conflito com nossas habilidades e comportamento motivados. Mesmo no contexto de serviço sacrificial, uma consideração da motivação é um ingrediente vital, para determinar nossa vocação.

Alguns individualistas rudes de nossa sociedade são autônomos e acham totalmente desnecessário encaixarem-se numa estrutura de trabalho organizacional, que envolve supervisores, chefes e linhas de autoridade. A maioria de nós, porém, leva uma vida de trabalho no contexto de uma organização. Aqui, encaramos o problema de *harmonia* . Os nossos trabalhos se harmonizam com nossos dons, talentos e aspirações? Nossas habilidades motivadas se harmonizam com nosso trabalho? O grau com que as nossas exigências de trabalho e as nossas habilidades motivadas se harmonizam determina a utilidade de nossa contribuição e a extensão de nossa satisfação pessoal.

Quando motivações pessoais não se harmonizam com as descrições de trabalho, muitas pessoas sofrem. O primeiro a sofrer é o indivíduo, porque está trabalhando em um serviço que não se harmoniza com suas habilidades motivadas. Visto que está em um trabalho para o qual não é adequado, ele tende a ser menos eficiente e menos produtivo. Também cria problemas para os outros na organização, porque sua frustração se manifesta e tem um efeito negativo sobre o grupo.

Alguns de nós somos "santificados" o suficiente para fazer tarefas designadas, para as quais não temos motivação, realizando-as com tanta proficiência como se fizéssemos tarefas que são mais prazerosas. No entanto, pessoas assim constituem uma pequena minoria na força de trabalho. Novamente, as pesquisas mostram que há uma grande tendência de pessoas fazerem o que são motivadas a fazer, apesar do que são chamadas a fazer, na descrição de seu trabalho. Ou seja, elas gastam a maior parte de seu tempo e esforço fazendo o que querem fazer, e não o que o trabalho as chama a fazer. Esse investimento de tempo e energia pode ser muito caro para uma empresa ou uma organização.

Os seguintes diagramas simples mostram as relações entre padrões de habilidade motivada e descrições de trabalho. Eles foram emprestados de People Management, uma organização sediada em Connecticut. A People Management ajuda pessoas a discernirem seus padrões de habilidade motivada, e ajuda as organizações a coordenarem os dons e as motivações das pessoas com as necessidades e os alvos das organizações. Este tipo de orientação é produtivo, não somente no trabalho secular, mas também nas estruturas da igreja e nas vocações sagradas.

Diagrama de Desarmonia



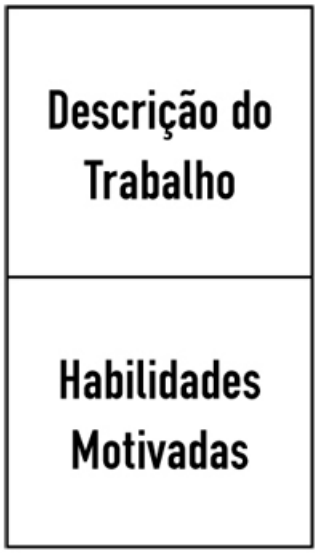
Neste diagrama, o bloco no alto, à esquerda, representa a descrição de trabalho do empregado, incluindo as tarefas exigidas para um ótimo funcionamento da organização.

O bloco embaixo, à direita, representa as habilidades motivadas do empregado. A área sombreada representa a área de harmonia do trabalho. Ela não está em equilíbrio. Uma grande parte das habilidades motivadas do empregado não está sendo usada. Isto produz frustração para o empregado.

Também, uma grande parte do trabalho organizacional é deixada por fazer, ou é feito com baixo nível de proficiência. O resultado é frustração organizacional. Este padrão apresenta problemas, tanto para o indivíduo como para a empresa. Mudanças podem ser feitas.

O diagrama seguinte representa o ajuste ideal entre a descrição de trabalho e as habilidades motivadas. O resultado é satisfação, tanto para o empregado como para a organização.

Harmonia Organizacional



Por meio da influência do espírito de negar o mundo do maniqueísmo, os cristãos primitivos adotaram a ideia de que a única maneira pela qual poderiam servir a Deus era levarem sua vida numa cama de pregos. Supunha-se que engajar-se em uma vida de serviço envolvia autonegação. A virtude real poderia ser achada, somente em alguém ser tão miserável quanto possível, em seu trabalho. Entretanto, se Deus realmente nos chamasse a dedicar-nos às tarefas mais desagradáveis possíveis, ele seria o chefe universal dos maus administradores.

As Escrituras descrevem de maneira diferente o estilo de administração de Deus. Ele administra por edificar-nos em um corpo, de acordo com nossas habilidades e nossos desejos. Deus concede dons a cada um de seus filhos. Todo cristão recebe dons da parte do Senhor, para cumprir uma vocação divina. Com os dons, Deus nos dá o desejo ou a motivação para usarmos esse dom.

O QUE DEVEMOS FAZER?

Isto nos traz à pergunta final e mais importante: o que eu *devo* fazer? O conselho mais prático que posso oferecer é que você faça o que seu padrão de habilidades motivadas indica que você pode fazer, com alto grau de motivação. Se o que você gostaria de fazer poderia ser útil para Deus, então, por todos os meios, você deveria estar fazendo isso.

Um constrangimento essencial entra em cena: a vontade preceptiva de Deus. Se a grande habilidade e motivação de uma mulher fosse o ser uma prostituta, e o de um homem, o ser um ladrão de banco, então, é óbvio que os objetivos vocacionais teriam de ser ajustados. Satisfazer essas habilidades motivadas colocaria essas pessoas em conflito direto com a vontade preceptiva de Deus.

Se analisarmos cuidadosamente as raízes que causam a habilidade motivada do ladrão de banco e a habilidade motivada da prostituta, talvez achemos habilidades e motivação fundamentais, que poderiam ser canalizadas apropriada e produtivamente para boas realizações. Devemos não somente colocar as nossas habilidades motivadas em conformidade com a lei de Deus, mas também certificar-nos de que a vocação que escolhemos tem a bênção de Deus.

Certamente não há nada de errado em alguém dedicar sua vida à prática da medicina, pois vemos o bem que a medicina pode fazer, em termos de aliviar o sofrimento. Também entendemos que o mundo precisa de pão para comer, e que a vocação de padeiro, para alguém motivado e capaz de fazer pães, é uma atividade santa. O próprio Senhor Jesus gastou vários anos de sua vida, não em pregar e ensinar, mas em ser um carpinteiro, um artesão envolvido em uma atividade legítima. Durante aqueles anos, Jesus estava "no centro da vontade de Deus".

Qualquer vocação que satisfaz a necessidade do mundo de Deus pode ser chamada de vocação divina. Enfatizo isso por causa da tendência, nos círculos cristãos, de pensar que somente aqueles que entram no "serviço cristão de tempo integral" estão sendo sensíveis à chamada divina – como se o pregar e o ensinar fossem as únicas atividades legítimas para as quais Deus nos chama. Uma leitura superficial da Bíblia revelaria o erro dessa maneira de pensar. O templo foi construído, no Antigo Testamento, não somente por meio da supervisão sábia de Salomão, mas também pela habilidade daqueles que foram dotados por Deus com a capacidade de esculpir, burilar e assim por diante.

A vocação de Davi como pastor, a vocação de Abraão como negociante itinerante, a vocação de Paulo como fazedor de tendas – todas foram vistas como parte do plano de Deus, para realizar a redenção do mundo. Quando Deus fez Adão e Eva, nenhum deles foi chamado a ser um obreiro profissional de tempo integral numa estrutura eclesiástica. Eles foram chamados, basicamente, para serem agricultores.

Uma vocação é algo que recebemos de Deus; ele é aquele que nos chama. Talvez ele não nos chame da maneira como chamou Moisés, por aparecer em uma sarça ardente e dar um conjunto específico de ordens. Em vez disso, pode chamar-nos interiormente, por dar-nos certos dons, talentos e aspirações. Sua vontade soberana e invisível está certamente em operação, por trás, a fim de preparar-nos para tarefas úteis em sua vinha.

A CHAMADA EXTERNA PROCEDENTE DE OUTRAS PESSOAS

Em adição à chamada interior de Deus, reconhecemos que há tal coisa como uma chamada externa para o labor, uma chamada que vem de pessoas que pedem nossos serviços, para uma missão e propósito específicos. Talvez sejamos chamados pela igreja para sermos pregadores, ou por uma empresa para sermos supervisores ou expedidores. Toda vez que uma organização anuncia uma vaga de emprego num jornal, há uma chamada humana, para que trabalhadores hábeis venham e encaixem seus dons e talentos numa necessidade presente.

Alguns cristãos têm argumentado que a necessidade sempre constitui uma chamada. Eles dizem que há uma necessidade de evangelistas no mundo e, por isso, todos deveriam ser evangelistas. Concordo em que temos de considerar as necessidades do reino de Deus, quando tomamos decisões vocacionais. Todavia, o próprio fato de que o mundo precisa de evangelistas não significa, necessariamente, que todo cristão é chamado a ser um evangelista. Outra vez, o Novo Testamento deixa claro que nem todos são chamados a serem pregadores ou administradores. A igreja é formada de pessoas que têm uma diversidade de dons, talentos e vocações. Não devemos fazer uma conjectura simplista e passiva de que a necessidade constitui a chamada.

Certamente, a presença de uma necessidade exige que o povo de Deus se esforce para satisfazer essa necessidade. Contudo, isso não significa, necessariamente, que pessoas não equipadas para satisfazer a necessidade sejam, por isso, obrigadas a preencher a vaga. Por exemplo, é responsabilidade do cristão cumprir o mandato de evangelização. Não é responsabilidade de todo cristão ser um evangelista. Eu não sou um evangelista, embora contribua para a evangelização, por ensinar teologia a evangelistas e por contribuir com dinheiro para a obra de evangelização da igreja. Faço estas coisas para que aqueles que têm o dom e a motivação sejam chamados, treinados, equipados e enviados ao mundo como evangelistas. No corpo de Cristo, eu participo da responsabilidade de cuidar para que a tarefa seja cumprida, mas eu mesmo não sou aquele que apresenta as boas novas, como o evangelista o faz na prática. Eu poderia dizer o mesmo quanto a muitas outras vocações.

Como outros afetam nossa chamada vocacional? Precisamos ouvir a comunidade de crentes e amigos. Às vezes, nossos dons e habilidades são mais evidentes para aqueles que nos cercam, do que para nós mesmos. O conselho de muitos e a avaliação do grupo são considerações importantes, em nossa busca por vocação. No entanto, temos de fazer uma advertência. O julgamento do grupo não é sempre correto. O fato de que um indivíduo ou grupo específico acha que deveríamos estar fazendo certa tarefa não é uma garantia de que isso é a vontade de Deus.

Passei por um período de minha vida em que fiquei desempregado por seis meses. Durante aquele tempo, tive cinco ofertas diferentes de emprego, em cinco cidades diferentes nos Estados Unidos. Cinco amigos diferentes vieram até mim e, com sinceridade e zelo, disseram que estavam certos de que Deus queria que eu assumisse cada um destes empregos específicos. Isto significava que, se todos eles tivessem uma fonte de informação direta, quanto à vontade de Deus, Deus queria que eu assumisse cinco empregos, e vivesse em cinco cidades diferentes nos Estados Unidos, ao mesmo tempo. Expliquei aos amigos que eu sabia que era iníquo (cheio de pecado), mas ainda não tinha descoberto o dom de ser ubíquo (estar em todo lugar ao mesmo tempo). Eu simplesmente não poderia fazer todos os cinco trabalhos. Alguém estava errado, em sua estimativa da vontade de Deus para a minha vida.

Acho muito difícil resistir a pressões que vêm de pessoas que têm certeza de que sabem o que Deus quer que eu faça com minha vida. Todos nós experimentamos esse tipo de pressão. Por isso, temos de ser cuidadosos, em prestar atenção àqueles cujo julgamento nós confiamos. Temos de ser capazes de discernir entre o julgamento correto e os interesses pessoais de outros.

O resultado foi que aceitei uma sexta proposta de emprego, para a qual ninguém veio até mim, no meio da noite, com um telegrama de Deus. Fiquei convencido de que o sexto emprego era aquele que harmonizava minhas habilidades com o trabalho que precisava ser feito.

CONSIDERANDO AS CONSEQUÊNCIAS PREVISÍVEIS

Uma última consideração, frequentemente negligenciada, mas que tem importância crucial, é a que diz respeito às consequências previsíveis do trabalho. Assumir um trabalho apenas por dinheiro ou por localização geográfica é um erro trágico. Se fosse permitido, eu gostaria de ter um salário de um milhão de dólares por ano, ser um professor de teologia e morar num lugar em que o clima é moderado nos doze meses do ano. No presente, sou um professor de teologia que vive na Flórida, mas ganho muito menos do que um milhão de dólares por ano. Tive de fazer uma decisão a respeito de minhas prioridades. Eu queria ganhar um milhão de dólares, ou atender à minha chamada vocacional? Minha residência foi determinada pelo local de minha vocação.

Decisões quanto ao trabalho têm consequências de longo prazo e de curto prazo. Considere o caso de Abraão e seu sobrinho Ló, que viveram e trabalharam juntos na Terra Prometida. Conflitos entre os seus servos contratados tornaram necessário que dividissem o território que ocupavam. Abraão deu a Ló a primeira escolha, oferecendo-lhe qualquer metade que ele escolhesse. Ló contemplou a região árida da Transjordânia e, depois, olhou para o vale fértil, próximo da cidade. Ele pensou por um momento: "Pegarei o vale fértil; minhas vacas podem pastar e engordar ali. Está bem perto do mercado da cidade. Meu lucro será grande". Em consideração de seus negócios, Ló optou pelas áreas férteis ao redor da cidade e deixou Abraão com uma terra árida. Da perspectiva de criador de gado, a escolha de Ló foi brilhante. Ele não perguntou a si mesmo: "Onde meus filhos estudarão? Ali minha família irá à igreja?" A cidade que ele escolheu era Sodoma – um bom lugar para criar gado. As consequências de curto prazo foram ótimas; mas, a longo prazo, viver em Sodoma comprovou ser um desastre, em muitas maneiras.

Como a nossa decisão sobre o trabalho conduzirá à realização de nossas outras responsabilidades? A pessoa que escolhe uma vocação com base apenas em dinheiro, lugar e status está quase garantindo sua frustração posterior.

A maior parte da confusão que experimentamos, frequentemente, na arena do trabalho seria dissipada, por fazermos a nós mesmos uma pergunta simples: o que eu mais gostaria de fazer, se não tivesse de agradar ninguém de minha família ou do meu círculo de amigos? Outra boa pergunta é: o que eu gostaria de estar fazendo daqui a dez anos? Estas perguntas são boas para conservarmos em mente, mesmo depois de nos havermos estabelecido em um trabalho específico. Outra coisa que devemos lembrar é a promessa da Palavra de Deus de que o Espírito Santo nos guiará a toda a verdade. Como filhos de Deus, isso inclui a área de nosso trabalho.

Embora a vontade decretiva de Deus talvez não nos seja sempre clara em nossas buscas ocupacionais, a sua vontade preceptiva é mais facilmente discernida. Não importando o que sejamos ou o trabalho em que nos achemos, a vontade preceptiva de Deus tem de ser feita.

Por fim, o que Deus espera de nós, em relação ao nosso trabalho? Como cristãos, somos chamados a ser sal espiritual, em um mundo decadente, e luz espiritual, em meio às trevas. Temos de ser mordomos sábios dos dons e talentos de Deus. Isso significa esforçar-nos para sermos os trabalhadores mais honestos, pacientes, dedicados e comprometidos que pudermos ser. Significa dispor-nos para nada menos do que a excelência. Deus nos ajude a viver à altura da sua chamada, para cada um de nós.

A vontade de Deus no casamento

Além do nosso trabalho, o outro tópico de interesse perene é nosso status conjugal. Devemos casar ou permanecer solteiros? É possível que cristãos gastem mais energia em tomar decisões sobre o assunto de casamento, do que em qualquer outra área da existência humana. Isso não é surpreendente, porque as decisões relevantes para o relacionamento conjugal têm efeitos de amplo alcance em nossa vida. Como uma pessoa se sente quanto a seu status conjugal determina, em grande parte, seu senso de realização, sua produtividade e sua autoimagem. A realidade e a seriedade do relacionamento conjugal são reconhecidas, quando entendemos que, aquele que nos conhece mais intimamente, aquele diante de quem somos mais frágeis e vulneráveis, e aquele que molda mais poderosamente a nossa vida é o nosso cônjuge. Essa é a razão por que entrar no relacionamento conjugal não é algo que alguém deva fazer levianamente.

Antes de tratarmos da pergunta geral "É a vontade de Deus que eu case?", algumas perguntas específicas precisam ser consideradas.

DEVO CASAR?

A resposta para esta pergunta tem sido comumente admitida por nossa sociedade, pelo menos até anos recentes. Até hoje, a maioria de nós absorve, enquanto crescemos, a ideia de que o casamento é uma parte natural e integral da vida normal. Em muitas maneiras – desde os personagens Branca de Neve e Príncipe Encantado dos contos de fada, às peças românticas de Shakespeare e a alguns heróis populares da mídia –, recebemos sinais de que a sociedade espera que sejamos contados entre os casados. Entre os indivíduos que fracassam em cumprir esta expectativa cultural, aqueles que têm uma mentalidade mais tradicional são deixados com o inquietante sentimento de que talvez algo esteja errado com eles, de que são anormais.

Em gerações anteriores, se um homem chegava à idade de trinta anos sem casar-se, suspeitava-se de que ele tinha tendências homossexuais. Se uma mulher ainda era solteira por volta dos trinta anos, isso era frequentemente aceito como se tivesse algum defeito que a tornava desagradável para ser uma companheira de casamento ou como se tivesse preferências lésbicas. Essas suposições não se acham, de modo algum, nas Escrituras.

Com base numa perspectiva bíblica, a busca do celibato (como a Escritura espera para os não casados) é uma opção legítima em alguns casos. Sob outra consideração, ela é vista como uma preferência decisiva. Embora tenhamos a bênção de nosso Senhor sobre a santidade do casamento, também temos o seu exemplo de escolha pessoal de permanecer celibatário, obviamente em submissão à vontade de Deus. Cristo foi celibatário, não por causa da falta de traços masculinos necessários para torná-lo desejável como um companheiro de vida. Antes, o seu propósito divino anulou o destino de casamento, tornando crucial que ele se dedicasse inteiramente à preparação de sua noiva, a igreja, para o casamento futuro.

A instrução bíblica mais importante que temos em referência ao celibato foi dada pelo apóstolo Paulo, em uma passagem extensa de 1 Coríntios:

> Com respeito às virgens, não tenho mandamento do Senhor; porém dou minha opinião, como tendo recebido do Senhor a misericórdia de ser fiel. Considero, por causa da angustiosa situação presente, ser bom para o homem permanecer assim como está. Estás casado? Não procures separar-te. Estás livre de mulher? Não procures casamento. Mas, se te casares, com isto não pecas; e também, se a virgem se casar, por isso não peca. Ainda assim, tais pessoas sofrerão angústia na carne, e eu quisera poupar-vos. Isto, porém, vos digo, irmãos: o tempo se abrevia; o que resta é que não só os casados sejam como se o não fossem; mas também os que choram, como se não chorassem; e os que se alegram, como se não se alegrassem; e os que compram, como se nada possuíssem; e os que se utilizam do mundo, como se dele não usassem; porque a aparência deste mundo passa.
>
> O que realmente eu quero é que estejais livres de preocupações. Quem não é casado cuida das coisas do Senhor, de como agradar ao Senhor; mas o que se casou cuida das coisas do mundo, de como agradar à esposa, e assim está dividido. Também a mulher, tanto a viúva como a virgem, cuida das coisas do Senhor, para ser santa, assim no corpo como no espírito; a que se casou, porém, se preocupa com as coisas do mundo, de como agradar ao marido. Digo isto em favor dos vossos próprios interesses; não que eu pretenda enredar-vos, mas somente para o que é decoroso e vos facilite o consagrar-vos, desimpedidamente, ao Senhor.
>
> Entretanto, se alguém julga que trata sem decoro a sua filha, estando já a passar-lhe a flor da idade, e as circunstâncias o exigem, faça o que quiser. Não peca; que se casem. Todavia, o que está firme em seu coração, não tendo necessidade, mas domínio sobre o seu próprio arbítrio, e isto bem firmado no seu ânimo, para conservar virgem a sua filha, bem fará. E, assim, quem casa a sua filha virgem faz bem; quem não a casa, faz melhor.
>
> A mulher está ligada enquanto vive o marido; contudo, se falecer o marido, fica livre para casar com quem quiser, mas somente no Senhor. Todavia, será mais feliz se permanecer viúva, segundo a minha opinião; e penso que também eu tenho o Espírito de Deus (1 Co 7.25-40).

O ensino de Paulo sobre este assunto de casamento tem sido submetido a distorções sérias. Alguns observam que, neste texto, Paulo estava apresentando uma opinião contrastante a respeito do casamento, uma opinião que diz: o casamento é mau e o celibato, bom, especialmente para os cristãos chamados a servir no período intermediário, entre a primeira vinda de Cristo e o seu retorno. Entretanto, mesmo uma olhada superficial no texto indica que Paulo não estava contrastando uma opção má e uma boa, e sim duas opções boas, mas rivais. Ele ressaltou que optar pelo celibato é bom, sob certas circunstâncias. Além disso, também é bom e permissível optar pelo casamento sob outras circunstâncias. Paulo apresentou as dificuldades que um cristão enfrenta, quando contempla o casamento. De importância fundamental é a pressão do reino de Deus sobre o relacionamento conjugal.

Em nenhum outro lugar, o assunto do casamento tem sido mais controverso do que na Igreja Católica Romana. Historicamente, os protestantes têm argumentado que a Igreja Católica Romana, por impor aos seus clérigos um mandato que vai além das exigências da própria Escritura, caiu em uma forma de legalismo. Embora creiamos que a Escritura permite o casamento do clero, ela indica, ao mesmo tempo, que o casado que serve a Deus em uma vocação especial enfrenta os problemas inquietantes criados por lealdade dividida – sua família, por um lado, e a igreja, por outro lado. Infelizmente, a disputa entre protestantes e católicos, a respeito do celibato obrigatório, se tornou tão grave em determinadas épocas, que os protestantes reagiram no outro extremo, negando o celibato como uma opção viável. Retornemos ao foco da mensagem de Paulo, que apresenta uma distinção entre duas condições boas, mas rivais. Sua distinção permite, em última análise, que a pessoa decida o que melhor lhe convém.

Paulo não estava, de modo algum, denegrindo o "estado" honrável do casamento, e sim afirmando o que foi dado na criação: a bênção de Deus sobre o relacionamento conjugal. Ninguém peca por casar-se. O casamento é uma opção legítima, nobre e honrável, apresentada para os cristãos.

APENAS UM PEDAÇO DE PAPEL?

Outro aspecto da pergunta "Eu devo casar?" deixa de lado a questão do celibato, e se move para a questão de se um casal deve entrar num contrato de casamento formal, ou descartar esta opção por simplesmente viverem juntos. Em algumas poucas décadas passadas, a opção de duas pessoas viverem juntas, em vez de entrarem num contrato de casamento formal, tem proliferado em nossa cultura. Os cristãos têm de ser cuidadosos para não estabelecer seus preceitos de casamento (ou qualquer outra dimensão ética da vida) com base nos padrões da comunidade contemporânea. A consciência do cristão tem de ser governada, não pelo que é socialmente aceitável ou pelo que é legal, de acordo com a lei do país, antes, ela tem de ser governada pelo que Deus aprova.

Infelizmente, alguns cristãos têm rejeitado os aspectos formais e legais do casamento, argumentando que o casamento é uma questão de compromisso pessoal e individual entre duas pessoas, e não tem nenhuma exigência formal ou legal. Estes veem o casamento como uma questão de decisão individual e particular, separada da cerimônia externa.

A pergunta feita muito frequentemente ao clérigo sobre esta questão reflete a suposta liberdade do cristão: "Por que temos de assinar um pedaço de papel, para tornar o casamento legal?"

Assinar um pedaço de papel não é uma questão de fixar sua assinatura, com tinta, em um documento sem importância. Assinar uma certidão de casamento é uma parte integral do que a Bíblia chama de aliança. Uma aliança é feita publicamente diante de testemunhas, assumindo compromissos legais e formais que são tomados com seriedade pela comunidade. A proteção de ambos os cônjuges está em jogo; há recurso legal, se um dos cônjuges agir de maneira prejudicial ao outro.

Contratos são assinados por causa da necessidade gerada pela presença do pecado em nossa natureza humana. Porque temos uma enorme capacidade de prejudicar uns aos outros, sanções têm de ser impostas por contratos legais. Contratos não somente restringem o pecado, mas também protegem o inocente, no caso de violação legal e moral. Em todo compromisso que faço com outro ser humano, há um sentido em que uma parte de mim se torna vulnerável, exposta à reação da outra pessoa. Nenhuma experiência humana torna uma pessoa mais vulnerável a ferir outra, do que o estado do casamento.

Deus ordenou certas normas que regulam o casamento, para proteger as pessoas. Sua lei foi resultado de amor, interesse e compaixão por suas criaturas caídas. As sanções que Deus impôs sobre a atividade sexual fora do casamento não significam que Deus é um estraga-prazeres ou um santarrão. O sexo é um prazer que ele mesmo criou e deu à raça humana. Em sua sabedoria infinita, Deus entende que não há um tempo em que os seres humanos são mais vulneráveis do que o tempo em que estão engajados nesta atividade mais íntima. Por isso, ele reveste de certas proteções este ato especial de intimidade. Ele diz tanto ao homem como à mulher que é seguro darem-se um ao outro somente quando, por trás disso, há certo conhecimento de um compromisso vitalício. Há uma enorme diferença entre um compromisso selado com um documento formal, declarado na presença de testemunhas, incluindo a família, amigos e autoridades da igreja e do estado, e uma promessa vazia proferida no banco de trás de um carro.

EU QUERO CASAR?

Paulo diz em 1 Coríntios 7.8-9: "Aos solteiros e viúvos digo que lhes seria bom se permanecessem no estado em que também eu vivo. Caso, porém, não se dominem, que se casem; porque é melhor casar do que viver abrasado". A distinção feita é entre o bom e o melhor. Paulo apresenta aqui a ideia de viver abrasado, não com as chamas punitivas do inferno, e sim com as chamas das paixões da natureza biológica, que Deus nos deu. Paulo fala com muita clareza quando ressalta que algumas pessoas não foram feitas para o celibato. O casamento é uma opção perfeitamente honrável e legítima, até para aqueles que são mais fortemente motivados por realização sexual e alívio da tentação e paixão sexual.

A pergunta "Eu quero casar?" é uma pergunta óbvia, porém muito importante. A Bíblia não proíbe o casamento. De fato, ele o encoraja, exceto em certos casos, em que a pessoa pode ser colocada em conflito com a vocação, mas, até nessa dimensão, são feitas as provisões para o casamento. Portanto, desejar o casamento é uma coisa boa. Uma pessoa precisa estar em harmonia com seus próprios desejos e consciência.

Se eu tenho um forte desejo de casar, o próximo passo é fazer algo a respeito de satisfazer esse desejo. Se uma pessoa quer um trabalho, ela tem de procurar seriamente oportunidades de emprego. Quando decidimos estudar numa faculdade ou universidade, temos de seguir a rotina formal de preencher formulários e de avaliar diversas instituições. O casamento não é diferente; nenhuma receita mágica, vinda do céu, determinará para nós a perfeita vontade de Deus, quanto a um companheiro de vida. Neste ponto, infelizmente, é onde os cristãos têm sucumbido à síndrome de conto de fadas de nossa sociedade. É um problema especial para as mulheres solteiras. Muitas moças sentem que, se Deus quer que elas se casem, ele jogará do céu, em um paraquedas, um companheiro de casamento, ou trará até à porta de sua casa um Príncipe Encantado, cavalgando em um grande cavalo branco.

Um problema doloroso enfrentado por mulheres solteiras, mais nas gerações passadas do que hoje, é causado pela regra convencional de nossa sociedade, que concede aos homens a liberdade de procurar ativamente uma companheira de casamento, enquanto as mulheres são consideradas levianas, se procuram ativamente um futuro marido. Nenhuma regra bíblica diz que uma mulher disposta a casar-se deve ser passiva. Não há nada que a proíba de procurar ativamente um companheiro apropriado.

Em diversas ocasiões, realizei a tarefa de aconselhar mulheres solteiras que, no começo da entrevista, insistiam em que não tinham nenhum desejo de casar e diziam que queriam apenas cumprir as dimensões do celibato, que acreditavam Deus lhes impusera. Depois de algumas poucas perguntas, o cenário geralmente se repetia: a jovem solteira começava a chorar, e deixava escapar: "O que eu quero realmente é casar". Quando eu sugeria que havia passos sábios que ela podia tomar para achar um esposo, seus olhos brilhavam de admiração, como se eu lhe tivesse dado permissão para fazer coisas erradas. Eu quebrara um tabu.

A sabedoria exige que a procura seja feita com discrição e determinação. Aqueles que procuram um companheiro de vida precisam fazer certas coisas óbvias, tal como ir a lugares em que pessoas solteiras se reúnem. Precisam estar envolvidos em atividades que os colocarão em comunicação direta com outros cristãos solteiros.

No Antigo Testamento, Jacó fez uma viagem árdua à sua terra natal, para achar uma esposa apropriada. Ele não esperou que Deus lhe entregasse a companheira de sua vida. Foi aonde a oportunidade se apresentou, para achar uma esposa. Mas o fato de que ele era um homem não implica que esse procedimento é limitado aos homens. As mulheres de nossa sociedade têm exatamente a mesma liberdade para procurar um companheiro, por meio de busca diligente.

O QUE EU QUERO EM UM COMPANHEIRO CONJUGAL?

Na comunidade cristã, surgiu um mito de que o casamento deve ser a união de duas pessoas, comprometidas com o princípio do amor sem ego. O amor sem ego é visto como essencial para o sucesso de um casamento. O mito se baseia no conceito válido de que o egoísmo é frequentemente a fonte de desarmonia e desintegração, nos relacionamentos conjugais. O conceito bíblico de amor diz não a atos de egoísmo dentro do casamento e de outros relacionamentos humanos. Entretanto, o remédio para o egoísmo não se acha na ausência do ego.

O conceito de ausência do ego surgiu na Ásia e no pensamento grego, no qual o alvo ideal da humanidade é a perda da autoidentidade, por tornar-se um com o universo. Neste esquema, o alvo do homem é perder toda característica individual, tornando-se uma gota no grande oceano. Outro aspecto de absorção é a noção de o indivíduo tornar-se imergido na grande Superalma, e espiritualmente difundido pelo universo. Mas, segundo a perspectiva bíblica, o alvo do indivíduo não é a aniquilação ou a desintegração do ego, e sim a redenção do ego. O ego é bastante ativo na edificação de um bom casamento; e o casamento envolve o comprometimento do ego com outro ego, baseado em compartilhamento e sensibilidade recíprocos entre dois egos envolvidos ativamente.

Se nos comprometêssemos a um casamento sem ego, isso significaria que, em minha busca por um companheiro de casamento, eu deveria sondar o ambiente para achar uma pessoa em favor de quem eu estivesse disposto a aniquilar meu próprio ego. Isto é o oposto do que está envolvido na busca por um companheiro de casamento. Quando alguém procura um companheiro, deve estar procurando alguém que enriquecerá a sua vida, contribuirá para a sua autorrealização e, ao mesmo tempo, será enriquecido pelo relacionamento.

Quais são as qualidades prioritárias que devemos procurar em um companheiro de casamento? Um pequeno exercício que muitos casais têm achado útil se baseia em livre imaginação. Embora procurar um companheiro de casamento não seja como comprar um automóvel, podemos usar a metáfora de um carro novo. Quando alguém compra um carro novo, pensa em muitos modelos dentre os quais possa escolher. Nesses modelos, há sempre uma lista interminável de equipamentos opcionais, que podem ser acrescentados ao modelo padrão.

Por analogia, suponha que alguém peça um futuro cônjuge por encomenda, com todos os opcionais. A pessoa engajada nessa busca poderia alistar centenas de qualidades ou características que gostaria de achar no companheiro perfeito. Compatibilidade com o trabalho e com diversão, atitudes relacionadas à paternidade e certas habilidades e características físicas poderiam ser incluídas. Depois de completar a lista, a pessoa deve reconhecer a futilidade do processo. Nenhum ser humano jamais satisfará perfeitamente todas as características possíveis, que alguém pode desejar em um companheiro de casamento.

Este exercício é especialmente útil para pessoas que têm retardado o casamento para o final dos seus anos 20, ou o início dos seus anos 30, ou mesmo depois. Tais pessoas se acomodam, às vezes, a um padrão de focalizar pequenas imperfeições, que desqualificam quase toda pessoa que eles conhecem. Depois de fazer o exercício de pedir o companheiro por encomenda, pode-se tomar o próximo passo: reduzir a lista das principais prioridades. Aquele que está envolvido neste exercício reduz o número de qualificações para vinte, depois, para dez e, por fim, para cinco. Essa redução força-o a colocar em ordem de prioridade as coisas que ele procura, mais urgentemente, em um futuro cônjuge.

É extremamente importante que os indivíduos entendam com clareza o que querem do namoro e, por fim, do relacionamento conjugal. Devem, também, descobrir se os seus desejos quanto a um relacionamento conjugal são saudáveis ou não. Isto nos leva à próxima questão, relacionada a conselhos.

DE QUEM DEVO BUSCAR CONSELHOS?

Muitas pessoas se ressentem da sugestão de buscarem conselhos, em sua escolha de um companheiro conjugal. Afinal de contas, essa escolha não é um assunto intensamente pessoal e particular? Embora a decisão seja pessoal e particular, ela tem importância tremenda para o futuro do casal, de seus filhos, de suas famílias e de seus amigos. O casamento não é, em última análise, uma questão particular, porque o modo como o casamento se desenvolve afeta inúmeras pessoas. Portanto, conselhos podem e devem ser buscados de amigos e pastores de confiança e, em especial, dos pais.

Nas primeiras épocas da história do Ocidente, os casamentos eram arranjados pelas famílias ou pelos casamenteiros. Hoje, a ideia de casamentos arranjados parece primitiva e cruel. É totalmente estranha na cultura americana. Chegamos a uma época, em que pensamos que escolher alguém que amamos é nosso direito inalienável.

Algumas coisas precisam ser ditas, em defesa do costume passado de casamentos arranjados. Uma dessas coisas é que casamentos felizes podem ser atingidos, mesmo quando alguém não escolheu seu próprio companheiro. Talvez pareça estranho, mas estou convencido de que, se os princípios bíblicos forem aplicados coerentemente, quaisquer duas pessoas no mundo podem construir um casamento feliz, e honrar a vontade de Deus no relacionamento. Isso talvez não seja o que preferimos, mas pode ser conseguido, se estamos dispostos a trabalhar no relacionamento conjugal. A segunda coisa que precisa ser dita em defesa de casamentos arranjados é que, em algumas circunstâncias, casamentos têm sido arranjados com base na avaliação objetiva de pessoas compatíveis, para evitar uniões destrutivas e parasitas. Por exemplo, quando deixadas por si mesmas, pessoas que têm fraquezas pessoais significativas, como um homem que tem profunda necessidade de ser tratado com maternalismo e uma mulher que tem profunda necessidade de ser maternalista, podem ser atraídas uma à outra, de maneira mutuamente destrutiva. Essas uniões negativas acontecem todos os dias em nossa sociedade.

A minha intenção não é defender casamentos arranjados ou acertados. Estou apenas elogiando a sabedoria de buscar o conselho dos pais, no processo de tomar decisão. Os pais se opõem frequentemente à escolha de um companheiro de casamento. Às vezes, as objeções deles se baseiam na firme convicção de que "ninguém é suficientemente bom para minha filha [ou meu filho]". Objeções desse tipo se baseiam, no melhor, em expectativas irrealistas e, no pior, em ciúme vulgar. Mas nem todos os pais são afetados por esses sentimentos prejudiciais, em referência aos possíveis cônjuges de seus filhos. Às vezes, os pais têm discernimento perspicaz, quanto à personalidade de seus filhos, vendo dificuldades que os próprios filhos não veem. No exemplo anterior, de um homem que tem uma necessidade desordenada de ser tratado com maternalismo, e atrai uma mulher que tem uma necessidade desordenada de ser maternalista, um pai discernente pode ver a incompatibilidade e advertir contra ela. Se os pais se opõem ao casamento, é muito importante saber por quê.

QUANDO ESTOU PRONTO PARA CASAR?

Depois de buscarmos conselho, tendo um entendimento claro do que esperamos, e havendo examinado nossas expectativas quanto ao casamento, a decisão final é nossa. Neste ponto, alguns enfrentam paralisia, à medida que o dia da decisão se aproxima. Como uma pessoa sabe que está pronta para casar? A sabedoria ensina que devemos entrar num estudo, avaliação e aconselhamento pré-nupcial sério, com conselheiros competentes, para que sejamos advertidos das armadilhas que acompanham este novo e vital relacionamento humano. Em face do rompimento de tantos casamentos em nossa cultura, números crescentes de jovens temem assumir um casamento, para que não se tornem "estatísticas". Às vezes, precisamos da cutucada gentil de um conselheiro de confiança, que nos diga quando é tempo de tomar este passo.

Que coisas precisam ser encaradas antes de tomar o passo atual, em direção ao casamento? É claro que as considerações econômicas são importantes. Pressões financeiras impostas sobre um relacionamento, que já é cercado de pressões emocionais de outros tipos, podem ser a principal causa de ruína do casamento. Essa é a razão por que pais aconselham, frequentemente, os jovens a esperarem até que concluam sua educação formal ou até que estejam bem empregados, para assumir a responsabilidade de uma família.

Não é por acidente que a ordenança do casamento diz que o homem deixa seu pai e sua mãe e "se une" à sua mulher, e os dois se tornam "uma só carne". As dimensões de "deixar e unir-se" estão alicerçadas no conceito de ser capaz de estabelecer uma nova unidade familiar. As realidades econômicas dominam, frequentemente, o estar pronto para o casamento.

Entrar no casamento envolve mais do que assumir novas responsabilidades financeiras. O compromisso de casamento é o mais sério que dois seres humanos podem fazer, um com o outro. Uma pessoa está pronta para casar, quando está preparada para comprometer-se com outra pessoa específica pelo resto de sua vida, apesar das circunstâncias humanas que possam lhes sobrevir.

Para que entendamos a vontade de Deus para o casamento, é imperativo que atentemos à *vontade preceptiva* de Deus. O Novo Testamento mostra, com clareza, que Deus não somente ordenou o casamento e o santificou, mas também o regula. Seus mandamentos cobrem inúmeras situações, referentes aos aspectos essenciais do casamento. O grande livro-texto sobre casamento é a Escritura, que revela a sabedoria de Deus e sua norma que governa o relacionamento conjugal. Se alguém quer fazer sinceramente a vontade de Deus no casamento, sua primeira tarefa consiste em conhecer bem o que as Escrituras dizem sobre o que Deus requer nesse relacionamento.

O que Deus espera de seus filhos, que são casados ou pensam em se casar? Entre outras coisas, Deus espera fidelidade para com o outro cônjuge, provisão das necessidades mútuas e respeito mútuo, em submissão ao senhorio de Cristo. Certamente, marido e mulher devem aprimorar a eficiência um do outro como cristãos. Se isso não acontece, algo está errado.

Embora o celibato não seja um estado menos bendito e menos honrável do que o casamento, temos de reconhecer Adão e Eva como nossos modelos. O plano de Deus envolvia a união vital destes dois indivíduos, o que tornaria possível a terra ser cheia da "espécie" deles.

Basicamente, não posso ditar a vontade de Deus para ninguém neste assunto, assim como não posso ditá-la no assunto de profissão. Direi que bons casamentos exigem trabalho árduo, e indivíduos que querem trabalhar para que seu casamento seja bem sucedido.

O que acontece em nossa vida está encoberto no mistério da vontade de Deus. A alegria para nós, como seus filhos, é que o mistério não envolve terror – apenas esperar, agir apropriadamente, de acordo com seus princípios e sua direção, e a promessa de que ele está conosco para sempre.

Série Questões Cruciais

por R. C. Sproul

Quem *É* Jesus?

Posso Crer *na* Bíblia?

A *Oração* Muda as Coisas?

Posso *Saber* a Vontade de Deus?

Como Devo *Viver* Neste Mundo?

Sobre o Autor

O Dr. R. C. Sproul é fundador e presidente do *Ligonier Ministries* , um ministério multimídia internacional sediado em Lake Mary (Flórida). Ele também serve como pastor principal de pregação e ensino na igreja Saint Andrew, em Sanford (Flórida). Seus ensinos podem ser ouvidos diariamente no programa de rádio *Renewing Your Mind* (Renovando Sua Mente).

Durante a sua distinta carreira acadêmica, o Dr. Sproul ajudou a treinar homens para o ministério, como professor em vários seminários teológicos importantes.

Ele é o autor de mais de 60 livros, incluindo *The Holiness of God, Chosen by God, The Invisible Hand, Faith Alone, A Taste of Heaven, Truths We Confess, A Verdade da Cruz* (Fiel, 2011) e *The Prayer of the Lord* . Também serviu como editor geral da *The Reformation Study Bible* e já escreveu vários livros para crianças, incluindo *The Prince's Poison Cup* .

O Dr. Sproul e sua esposa, Vesta, residem em Longwood (Flórida).



A Editora Fiel tem como propósito servir a Deus através do serviço ao povo de Deus, a Igreja.

Em nosso site, na internet, disponibilizamos centenas de recursos gratuitos, como vídeos de pregações e conferências, artigos, e-books, livros em áudio, blog e muito mais.

Oferecemos ao nosso leitor materiais que, cremos, serão de grande proveito para sua edificação, instrução e crescimento espiritual.

Assine também nosso informativo e faça parte da comunidade Fiel. Através do informativo, você terá acesso a vários materiais gratuitos e promoções especiais exclusivos para quem faz parte de nossa comunidade.

Visite nosso website

www.editorafiel.com.br

e faça parte da comunidade Fiel